

Angola arrisca-se a importar petróleo bruto

Se o país não começar a investir na exploração a partir de agora, as novas refinarias deverão ser alimentadas com o petróleo bruto importado. Quem o diz é Horácio Fortunato, presidente da Associação das Empresas Geofísicas, que lembra que Angola não faz exploração há algum tempo, estando limitada na produção. O secretário de Estado dos Recursos Minerais, Paulino Jerónimo, admite que o risco existe, se não se trabalhar.

Págs. 4 a 7



5 de Março 2018
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 99 / kz 400

Director-Geral
Evaristo Mulaza



ECONÓMICO

REVELAÇÕES DO MINISTRO DAS TELECOMUNICAÇÕES JOSÉ CARVALHO DA ROCHA

Nova operadora em Agosto

Dentro de, aproximadamente, seis meses, o novo operador global de serviços de telecomunicações, a ser seleccionado do concurso público, deve começar a operar. A confirmação, ao VALOR, é do próprio ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha. Pág. 11



Manuel Tomás © VE



Privados na Girassol

A gestão da clínica privada detida pela Sonangol poderá ser terceirizada, após a conclusão do diagnóstico geral sobre os negócios em que a petrolífera pública deverá manter-se e aqueles que deverá alienar. Carlos Saturnino, o PCA da Sonangol, assumiu falhas na gestão da unidade hospitalar que resultam em queixas permanentes de colaboradores e pacientes. Pág. 16

LIMITE ACTUAL É DE 750 MIL DÓLARES

Contratos de até 1 milhão isentos de autorização da Sonangol



A alteração faz parte de uma série de medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros, com o objectivo de tornar mais atractivo o mercado para as companhias. Empresas nacionais de prestação de serviços temem que a lei concorra para a perda de negócio. Mas o Governo garante que está assegurada a promoção do conteúdo local. Págs. 8 e 9

A VEZ DE SATURNINO

Quando Isabel dos Santos exonerou Carlos Saturnino de presidente da comissão executiva da Sonangol

Pesquisa & Produção, em Dezembro de 2016, apresentou publicamente dois argumentos de peso. O primeiro referia debilidades graves de gestão. O segundo, consequência do primeiro, mencionava que, na Sonangol P&P, se tinham verificado elevados desvios financeiros. Na altura, Saturnino não surpreendeu com a resposta. Demarcou-se das acusações da administração então liderada por Isabel dos Santos, embora não de forma expressivamente categórica. Na carta dirigida aos colaboradores, que se tornou pública, Saturnino classificava como errada a sugestão que lhe imputava todos os erros do passado cometidos na empresa. Por outras palavras - e porque a língua aqui não engana - as palavras de Saturnino davam a entender que estaria na disposição de assumir alguns poucos erros na gestão da Sonangol P&P, mas não todos. E apresentou até outra justificação

a seu favor, nomeadamente o curto espaço de tempo em que estava à frente da subsidiária: da segunda quinzena de Abril de 2015 a 20 de Dezembro de 2016. Pouco mais de 20 meses. O problema é que, neste quesito, para efeitos comparativos, Isabel dos Santos ficou ainda menos tempo no comando da petrolífera pública. Formalmente, a empresária liderou a Sonangol entre Junho de 2016 e Novembro de 2017. Pouco mais de 17 meses. Pelo critério do tempo, colocadas as coisas nestes termos, ninguém seria responsabilizável.

A questão, portanto, é outra. Ao contrário de Isabel dos Santos, que se limitou a mencionar, de forma abstracta, práticas de má gestão e de desvios financeiros na Sonangol P&P à época do actual PCA da Sonangol, agora nas novas vestes, Saturnino dá o troco com números. Aponta transferências que potenciam matérias criminais e descreve rendimentos privilegiados de um certo número de colaboradores, com os órgãos sociais incluídos, que indiciam desvios de recursos. E faz mais. Fala de pagamentos para determinados serviços que, ao que se insinua, não terão sido prestados.

Independentemente das

motivações, dos factos e das prováveis fantasias deste caso, Saturnino fez o mínimo que se exige quando se decide apontar o dedo a quem quer seja. Referiu questões concretas, as quais cabe agora à Procuradoria-Geral da República averiguar e informar a população sobre a razão dos factos. Este sempre foi, de resto, dos maiores passivos na avaliação do desempenho da Justiça, a frustrante ausência de esclarecimento das denúncias que afectaram e afectam gravemente a moral pública.

O que interessa relevar, por agora, não é, por isso, a diferença entre o tratamento que a Justiça reservou às denúncias de Isabel dos Santos no passado e o que confere agora às declarações de Carlos Saturnino. A sabedoria popular ensina que um erro não justifica o outro. Se para a governação se aceita o benefício da dúvida, perante os sinais de uma 'revolução silenciosa', o mesmo se aplica à Justiça, porque esta jamais poderia ser uma ilha no país que tivemos e naquele que queremos ter. Se os factos que o PCA de Sonangol apresentou não forem realmente factos, a anterior administração terá a oportunidade de se defender e repor a verdade. Essa é a ideia que se tem de como a Justiça funciona.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Editor Online: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



José Simões

Manager da Primavera

Como foi o resultado da Primavera em Angola em 2017?

Crescemos 15,3%, perante uma contingência difícil. Tivemos um bom desempenho. Aumentámos o número de clientes, mas esta é uma tendência global em todos os mercados onde marcamos presença, Espanha, Portugal, Moçambique, Cabo-Verde.

O que representa esse crescimento?

Tivemos uma facturação de 953 milhões de kwanzas. Sentimos que há um mercado de grande desafio e com oportunidade para continuar a crescer.

Qual é a quota de mercado da Primavera em Angola?

O último estudo mostra que estamos acima dos 40%. Houve evolução, as outras marcas, devido ao contexto económico, acabaram por sair de Angola. Possuímos mais de cinco mil empresas a trabalhar com software da Primavera com a venda e assistência. A Primavera trabalha num modelo de assistência indirecta, possui o produto e um canal de venda com 52 empresas angolanas a revender o produto, a quem demos assistência.

27
TERÇA-FEIRA

A Refinaria de Luanda vai paralisar a produção de combustíveis de Junho a Julho para manutenção, revelou o administrador-delegado, Custódio Gonçalves. A refinaria está há sete anos sem manutenção.

28
QUARTA-FEIRA

O Governo aprovou o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, desenvolvido pela Urbinvest, de Isabel dos Santos, para desenvolver em 15 anos. O projecto foi aprovado em conselho de ministros.

29
QUINTA-FEIRA

O FMI considera que a dívida pública angolana, estimada em mais de 60% do PIB é “inconfortável”, mas “não é preocupante”, tendo em conta as medidas fiscais adoptadas pelo Governo.



SEGUNDA-FEIRA

Rússia e Angola foram os dois maiores fornecedores de petróleo à China em Janeiro, tendo vendido mais de 10 milhões de toneladas de um total que ultrapassa as 40 milhões importadas pela China, segundo dados da alfândega chinesa citados pela Bloomberg.

A UNITA submete à AN um requerimento para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar a dívida pública bruta. A comissão visa também conhecer o impacto do desenvolvimento económico e social entre os anos de 2003 a 2017.



Uma delegação da Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), liderada pelo vice-presidente, Eliseu Gaspar, avalia as potencialidades dos municípios da Huila para eventuais investimentos.



O Ministério da Agricultura arranca com o processo de inspecção da madeira apreendida, no âmbito da cessação da campanha florestal de 2017. O processo visa aferir a legalidade de exploração da madeira retida e fazer o balanço da campanha.



COTAÇÕES



AÇO E ALUMÍNIO AMEDRONTAM EUROPA

As principais bolsas da Europa fecharam, na última sexta-feira, em baixa, pela quarta sessão consecutiva e a marcaram a pior queda semanal das últimas três semanas. Em causa, o anúncio do presidente norte-americano, Donald Trump, relativo à imposição de tarifas alfandegárias sobre o aço e o alumínio, o que gerou uma onda de críticas em todo o mundo, suscitando receios de uma guerra comercial. Nos gráficos da semana, o PSI-20 desceu 0,17% para 5.367,16 pontos e o gigante Stoxx 600 recuou 2,21% para 366,57 pontos, além de outras quedas.



EURO EM ALTA COM 'GUERRA COMERCIAL'

A moeda única europeia fechou a ganhar terreno face ao dólar, no final da semana passada, uma vez que a 'nota verde' tem estado a ser penalizada pelos receios de uma guerra comercial entre os EUA e os seus parceiros, depois de Donald Trump anunciar, na quinta-feira, tarifas sobre a importação de aço e alumínio. Na sexta-feira, o presidente norte-americano voltou ao tema e declarou que “as guerras comerciais são boas e fáceis de ganhar”. O euro seguiu, com isso, a ganhar 0,38% para 1,2314 dólares.

Entrevista

HORÁCIO FORTUNATO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS GEOFÍSICAS

“Vamos entrar para a importação de petróleo bruto”

O desinvestimento na exploração pode levar o país a importar petróleo bruto caso conclua nos prazos que se aventam a construção das refinarias. Este foi um dos pontos-chave da conversa com Horácio Fortunato, líder da associação das empresas geofísicas e de apoio ao sector petrolífero.

Por César Silveira

tos geocientistas angolanos.

Perante esta realidade, como olha para o futuro destas empresas?

Olhamos com bastante preocupação para o mercado das geociências em geral, por isso sugerimos, oportunamente, ao Ministério dos Recursos Naturais e Petróleos a urgente aplicação do Decreto Legislativo Presidencial 8/13 de 17 de Outubro de 2013. Este documento estabelece as bases gerais e estratégicas para a licitação de blocos petrolíferos em zonas terrestres da Bacia do Kwanza e do Baixo Congo com base numa estratégia de exploração aprovada pelo Governo que iria criar milhares de postos de trabalho a curto prazo. Antes da situação actual, a Sonangol controlava 35 ‘joint-ventures’, empresas com as quais assinava contratos e estas formavam parcerias com as estrangeiras que vinham actuar no país e, nestes termos, foram assinadas boas cente-

nas de contratos, as empresas funcionavam. Entretanto, devido à corrente situação, muitas encerraram.

Mas não é compreensível o desinvestimento na exploração, considerando a baixa do preço do petróleo?

Decorre de uma fraca visão estratégica da situação e do mercado e, se calhar, da falta de experiência. As épocas de crises são os momentos que se devem aproveitar. O nosso país é constituído de 12 bacias sedimentares técnicas, começando pelo Baixo-Congo, temos as Bacias de Cabinda, descendo pelo Kwanza, Benguela, Namibe e ainda temos as bacias de interiores. Cada uma é composta de três camadas sedimentares, sendo a última delas a famosa zona do pré-sal. Se temos estas três camadas para as 12 bacias sedimentares, e porque hoje a única zona em que se produz petróleo é praticamente a Bacia do Congo, onde sai os cerca de



Mário Mujites © VE



Mário Mujites © VE

A **empresas angolanas de geociências são devidamente solicitadas?**

Durante muito tempo, foi utilizado o argumento da

redução do preço do barril do petróleo para as companhias, incluindo a Sonangol, reduzirem os orçamentos para os projectos de exploração petrolífera, estudos de geofísica, geologia e de poço, colocando em risco as futuras descobertas de reservatórios e, como consequência, a redução da produção petrolífera. As companhias transferiram os seus centros de geologia e geofísica para as suas sedes, causando o encerramento dos centros de processamento em Angola, o que provocou o desemprego de mui-

1,6 milhões de barris por dia (mesmo esta não está devidamente posta em desenvolvimento), imagina quanto trabalho temos. Temos cerca de 36 bacias técnicas sedimentares por trabalhar. Para o efeito, o Governo solicitou à Sonangol a apresentação de uma estratégia de exploração petrolífera com a finalidade de aumentar os níveis de produção e isto foi feito com muito sucesso. Esta estratégia informa as bases gerais de licitação de blocos no onshore da Bacia do Kwanza e do Baixo-Congo. Uma

estratégia perfeitamente exequível, desde que haja conhecimento dessa matéria. Mas nem todos têm capacidade de aplicar esta estratégia. É um projecto que, nesta fase, asseguraria um certo equilíbrio para o que precisamos. Empregos, conhecimento, formação de parcerias e aportariamos divisas, porque uma das grandes vantagens da estratégia é a criação de tudo isso a custo zero.

Estamos a falar do processo que previa a licitação de 15 blocos e que, a

“O estágio actual da Sonangol foi um objectivo prosseguido, há muito tempo, pelas operadoras estrangeiras, colocá-la no patamar em que se encontra hoje, de destruição total.”



Horácio Fortunato, presidente da Associação de Empresas Angolanas de Geociências e de Apoio ao Sector Petrolífero e Mineiro.

determinada altura, foi suspenso?
Graças a Deus.

Por ter sido interrompido ou por ter começado?

Por ter sido interrompido e esta foi a melhor obra da administração anterior da Sonangol: ter paralisado o que estava a ser feito.

Defende a implementação, mas elogia a suspensão. Não está a contradizer-se?

Estava a ser feito à margem do que está no documento. A aplicação do que se chamava estratégia nada tinha que ver com a estratégia aprovada, mas passava em nome deste documento. Foi muito bem cancelada, porque os termos de referência que estavam a ser aplicados eram completamente contrários ao que está plasmado no documento. Faltou é aplicarem dentro do espírito do documento.

Quais eram essas diferenças?

O Governo estabeleceu que alguns

blocos seriam a risco, teriam de ser licitados às companhias com capacidade financeira de suportar e cinco blocos a própria Sonangol se ocuparia deles para dirimir os riscos, faria a perfuração e, se eventualmente fossem positivos, seriam entregues a empresas nacionais. Este é o espírito, permitir que as empresas angolanas ganhassem alguma capacidade de se desenvolverem.

Estava a ser feito de forma diferente?

Sim. As empresas angolanas estavam a ser obrigadas a pagar um milhão de dólares só para a inscrição. Quem tem? Foi este processo que foi cancelado.

Segundo a informação que temos, foi cancelado essencialmente pela baixa do preço do petróleo, visto que o preço de referência usado na altura para o concurso público tinha sido o de 100 dólares, mas parece não concordar... Certo?

É evidente que não. Foi apenas um argumento e de quem não entende.

A Sonangol não tem um geocientista na sua administração, o que é gravíssimo. Se não tem alguém que domina esta área, naturalmente que não há a sensibilidade para conduzir os negócios desta área, tão-pouco visão para os grandes problemas. É por esta razão que a Sonangol, por exemplo, não foi capaz de assinar contratos, não os assinou não porque não quis, mas porque precisava de avaliá-los e a avaliação tem uma componente técnica muito pesada, exige um entendimento da componente técnica. A Sonangol precisa de ter, urgentemente, um comité técnico para poder agilizar estes assuntos relacionados com projectos técnicos, porque ela foi transformada numa instituição financeira, abdicou-se completamente do seu 'core-business' que é a exploração, produção, o controlo do 'cost oil' e, naturalmente, o conteúdo local.

Mas a produção e exploração estão entregues à Sonangol Pesquisa e Produção ou fala num outro prisma?

Tememos que as refinarias venham a ser aqueles gigantes adormecidos ou vamos comprar definitivamente petróleo bruto.

Hoje os técnicos que de algum modo prestavam algum serviço útil estão acantonados, praticamente sem trabalho por força da quase paralisação das áreas em que eles funcionam.

A Sonangol Pesquisa e Produção é uma operadora, subsidiária de uma empresa que abarca a função concessionária dos blocos. Têm funções completamente distintas. A E.P tem a função de controlar todas as operações petrolíferas e isso significa manter a soberania do país. Não podemos permitir situações como as que acontecem em muitos países africanos, como Gabão, Congo ou Nigéria, em que não são eles quem controla as operações petrolíferas. Concedem, por exemplo, uma área às mesmas companhias que temos em Angola e esperam pelas percentagens. Aqui não, estamos muito melhor porque controlamos as operações petrolíferas, sabemos o potencial do país e conhecemos as reservas.

E qual é a razão do descontentamento?

Por não termos aplicado um documento como a estratégia de exploração que até agora não existe definida e que deveria ser conduzida por téc-

nicos que conhecem o 'métier', que consigam discutir com as companhias ao mesmo nível. A Sonangol precisa de estar equipada com técnicos e estruturas suficientemente capazes. Tudo isso passa não só pela capacitação quanto pela sua reformulação.

Mas é consenso que a Sonangol tem estes técnicos?

Hoje, os técnicos que, de algum modo, prestavam algum serviço útil estão acantonados, praticamente sem trabalho por força da quase paralisação das áreas em que eles funcionam. As áreas técnicas, actualmente, respondem perante uma direcção de concessões, que é uma área económica. Os projectos, quando chegam, entram para esta área e vão baixando à medida da conveniência dos seus responsáveis para as áreas que entendem, mas, geralmente, este movimento é deficiente e as áreas de exploração e produção, infelizmente, estão sem o papel que deveriam ter.

Quais são os riscos?

O estágio actual da Sonangol foi um objectivo prosseguido há muito tempo pelas operadoras estrangeiras: colocá-la no patamar em que se encontra hoje, de destruição total.

Com que objectivo?

De fazer com que Angola, através da Sonangol, deixe de controlar os seus recursos.

Mas não são as operadoras que empurraram a Sonangol para a situação que se vive actualmente ou acredita que houve interferência?

Não gostamos de encontrar culpados. O que posso dizer é que o estágio actual da Sonangol foi um objectivo prosseguido durante muitos anos. Primeiro, fazer com que a função concessionária da Sonangol, que deve ser executada e controlada por técnicos, passasse para uma agência nacional de petróleos.

Uma agência não teria capacidade para exercer este controlo, deve ser feito por uma empresa técnica como a Sonangol, mas a actual não está em condições. Não vamos dizer que está amorfa, mas ainda vive um clima de destabilização de tal maneira que o seu reerguimento vai levar algum tempo. Destruí-la foi fácil, mas recuperar o tempo perdido significa colocar as suas estruturas a funcionar como eram antes.

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista

PUB

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center
(+244) 947 992 829
(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Quando é que a Sonangol começou a desmoronar?

De 2012 para cá, porque as pessoas não entenderam a função concessionária da Sonangol, fazendo dela uma empresa financeira. A Sonangol é uma empresa que deveria investir nos momentos mais críticos. Nesta altura que há uma profunda crise económica e financeira, deveria produzir, produzir, produzir e investir massivamente na exploração, porque não é apenas o petróleo que constitui a nossa riqueza, mas sim a descoberta de recursos para o aumento das reservas petrolíferas. Neste momento, o país não tem condições para se endividar. Utilizamos o princípio de linhas de créditos e estas endividam, sobremaneira, o nosso país. Podemos afirmar, sem receio de errar, que as futuras gerações estão altamente comprometidas porque o processo que vai da exploração à produção é uma geração, o que temos hoje é produto do trabalho feito há já muitos anos.

A assinatura do acordo de exploração no bloco 48 não é um bom sinal?
O que acontece é que hoje não há nenhum documento orientador da actividade para o sector petrolífero seguir. Aquilo a que vamos assistindo é que se resolve um caso aqui e outro lá de forma aleatória. A aplicação da estratégia tem retorno imediato.

Imediato como, se precisaríamos de 10 anos para os resultados?
Entre 10 e oito anos, mas tem de começar e nós já vamos bastante atrasados. Imagine o que é que a actividade de exploração é capaz de aportar para o país, levada a todos estes blocos a que me referi? Não tenho dados concretos, mas posso dizer que, quando a aplicação da estratégia iniciou, já havia empresas mobilizadas com mais de 60 milhões de dólares para o país.

Já havia acordos assinados?
O que havia eram parcerias. A nossa associação é angolana, olhamos para o conteúdo local. A nossa função é não de vigiar, mas de cooperar com as empresas multinacionais. Somos pela corrente que defende que as multinacionais, ao virem para o país, não devem apenas fazer aquilo que têm de fazer, mas portar valias, sobretudo, conhecimentos. É neste quadro que já tinham sido mobilizadas companhias que se interessaram neste projecto,



PERFIL

Horácio Fortunato, Associativista e Sindicalista no Petróleo. Nascido em 1956, é Licenciado em Geofísica, desde 1989, pela Universidade Agostinho Neto. PCA da empresa Angolan Geoscience Service, é membro fundador da associação de geofísica de Angola e da associação de geólogos de Angola, bem como da EAGE, European Association of Geoscientists and Engineers. Foi director da Escola Nacional do Comércio e da Anghotur e presidente do Sindicato dos trabalhadores do Comércio.

porque as empresas angolanas não têm dinheiro, há umas que não têm nem 100 mil dólares. Posso garantir que todas estas companhias já estavam comprometidas. A Total, BP, Exxon, Chevron já tinham pacotes de dados comprados para investirem e mobilizados centenas de milhões de dólares para o arranque. Não digo qual por razões de ética, mas uma empresa já tinha iniciado a aquisição sísmica.

Como a associação olha para o processo de reestruturação do sector?
Vamos acompanhando e considerando que aos novos actores do sector incube definir as linhas pelas quais deve caminhar. Gostaríamos imenso que fôssemos ouvidos, porque ao sector petrolífero se incube a responsabilidade de alavancar a vida de todos os outros. Não lamentamos, mas pensamos que os resultados teriam sido, de longe, melhores do que os que temos.

Parece não concordar com a criação de uma agência nacional de petróleos. Porquê?

Actualmente, não há condições para implementar uma agência nacional de petróleos. O que se deve fazer é transformar a Sonangol de uma instituição financeira para uma concessionária nacional técnica, como foi num passado recente e exercer as três tarefas fundamentais pelas quais foi criada em 1978: aumentar as reservas petrolíferas, controlar os custos operacionais recuperáveis e desenvolver o conteúdo local. Estas tarefas não poderiam ser executadas por uma agência nacional de petróleos.

Não é possível considerar a criação de uma agência com estas valências?

Seria necessário uma componente técnica altamente capacitada ou que a Sonangol se passasse a chamar agência nacional, porque já tem o staff que lhe permite controlar as reservas. Caso contrário, poderíamos consi-

“A Sonangol é uma empresa que deveria investir nos momentos mais críticos, nesta altura que há uma profunda crise económica e financeira, deveria produzir, produzir, produzir e investir massivamente na exploração.”



Mário Mujetes © VE

rem plenamente ou derem sinais de vitalidade, tudo bem, a Sonangol até pode desaparecer.

E o que pensa dos negócios que a Sonangol tem fora dos petróleos? Ela foi para estes sectores, certamente porque houve estratégias que determinaram que assim acontecesse porque a Sonangol era uma instituição muito respeitada, durante muitos anos, até 2012, que começou a perder a sua fortaleza. Se alcançamos a independência política com muitas dificuldades, a afirmação económica mostra-se mais difícil ainda porque há gente que não quer que Angola se afirme economicamente, por isso todos os entraves vão surgir e um deles são os nossos amigos, as operadoras. Estão interessadas que Angola esteja completamente destruída e destruir Angola é destruir a Sonangol.

Por alguma razão acredita mais neste interesse de destruição da Sonangol por parte das companhias internacionais? Não está a ser conspirativo? Não lhe parece sintomático que, no plano político, se bombardeia Angola e no plano económico também? Já leu as propostas, sem qualquer cabimento, das operadoras? É um atentado à soberania, não pode acontecer. De forma diplomática, passam a ideia de que o país é duro, burocrático e violento do ponto de vista de leis e que é preciso mudar o quadro. Mas o que é necessário para os angolanos não dizem, mas nós sabemos.

O que é? Grosso modo é que Angola perca o controlo das reservas, que fiquemos de braços cruzados à espera dos subsídios, sem saber das quantidades e qualidade da produção.

Pensa ser o caso do acordo do bloco 48 em que a Total investirá sozinha apesar de a Sonangol ser associada? Não sabemos. O princípio não é mau de todo, mas precisava de uma cabimentação técnica importante que não tem, mas isso fica para o futuro. O princípio é bom porque o país não gasta dinheiro, mas tomamos conhecimento de como é que eles vão fazer este exercício. É com a perda de controlo dos recursos? Não sabemos como foi discutido tecnicamente. Isso preocupa-nos, precisamos de saber o que é que o país está a perder com isso.

Uma das propostas será esta que

foi aprovada em que se aumentam os valores para o limite de decisão das operadoras na contratação de serviços?

Certo. O problema não é aumentar nem diminuir os valores. O que é que o operador vai fazer? Vai pegar um projecto de muitos milhões de dólares que requerem aprovação da Sonangol e repartir em vários subprojectos abaixo de um milhão, vai dividir o projecto em muitas tranches. O problema não passa pelo montante envolvido, mas sim pelo princípio da soberania. Consideramos estas propostas descabidas, é uma tentativa de usurpação da soberania.

Acredita no futuro dos petróleos? Vai seguir o rumo certo, porque não tem outro caminho. Pergunte a quem quiser, o país petrolífero não tem outro caminho que não seja por via da aprovação do plano estratégico ou uma alternativa, mas que seja estruturada como este documento. O sector vai seguir de uma maneira ou de outra, mas, neste momento, não está como nós gostaríamos, porque já tem condições para seguir adiante.

A associação é dos que aplaudem a construção de mais refinarias e concorda com a forma como está a ser conduzido o processo?

Não somos contra, porque, quantas mais refinarias tivermos, melhor será. Simplesmente para ter uma refinaria a funcionar em pleno precisa-se de petróleo bruto. Precisamos de produzir, o que significa que temos de fazer a exploração massiva para dentro de oito e/ou 10 anos termos petróleo. Tememos que as refinarias venham a ser aqueles gigantes adormecidos ou vamos comprar definitivamente petróleo bruto. Se esta for a opção, não sou a favor, mas que seja. Na opinião da associação, antes de fazermos as refinarias, devemos olhar para a fonte de fornecimento do óleo bruto, o que só é possível com a abertura da actividade de exploração. Tememos de começar urgentemente. Não temos outra saída ou vamos entrar na linha da importação do petróleo bruto. Também não é um princípio tão mau até porque há países com refinaria sem petróleo. Mas temos esta necessidade? Temos de alavancar a actividade de exploração ao mesmo tempo que estamos a construir as refinarias, porque, quer uma quer outra, só vão dar resultados práticos dentro de 10 anos em termos de óleo.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesses Comuns' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'vazear' do seu governo figuras favoráveis à Angola. Pág. 14

Luanda com seis novas centrais eléctricas
O processo de produção de electricidade - PROTEE - adquiriu um contrato de 100 milhões de dólares, que permitirá abastecer mais de 1 milhão de habitantes em Luanda. Pág. 18

CAUTIVAÇÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
A entrada do segundo trimestre, o valor do barril de petróleo mundial e o valor da produção de petróleo em Angola, são factores decisivos para o Governo não alterar, por já, a revisão da despesa. Os valores máximos de investimento não prioritários são os da exploração para a totalidade do Orçamento em alinhar as expectativas da OGE deste ano. Pág. 18-19

Descarregue a App

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratos de até 1 milhão isentos de autorização da Sonangol

SECTOR PETROLÍFERO. Alteração impunha-se pela desactualização dos referenciais em vigor e pela necessidade de tornar o mercado mais atractivo para novos investimentos, segundo o secretário de Estado dos Petróleos, Paulino Jerónimo, que admite também o risco de importação de petróleo bruto.

Por César Silveira

A obrigatoriedade de as petrolíferas solicitarem à Sonangol a aprovação para adjudicação de prestação de serviço deixa de estar fixada nos contratos de 750 mil e passa para cinco milhões de dólares, segundo o decreto que estabelece as regras para os concursos públicos de prestação de serviço no sector.

Aprovado em Conselho de Ministros, na semana passada, o documento altera também os valores que obrigam a realização de concursos públicos. Na lei em vigor, os contratos de até 250 mil dólares

estavam isentos da apreciação da Sonangol e da realização de concurso público e para os que vão de 250 para 750 mil dólares as empresas estão obrigadas a realizar concursos, mas dispensam a autorização da concessionária.

À luz do documento aprovado, as companhias passam a estar obrigadas à realização de concurso público, sem precisarem da aprovação da concessionária para os contratos avaliados entre um e cinco milhões de dólares.

A referida alteração tem estado a provocar preocupação no seio dos prestadores de serviço nacionais por acreditarem que pode causar retrocessos ao conteúdo local. Hilário Fortunato, presidente da associação das empresas geofísicas e de apoio ao sector petrolífero, por exemplo, considera “descabida” e “uma tentativa de usurpação da soberania”.

O secretário de Estado dos Petró-

leos, Paulino Jerónimo, falando ao VALOR, garantiu que se vai acautelar a protecção do conteúdo local, através de regulamentos que estão a ser trabalhados pela Sonangol, mas defende a necessidade de as empresas nacionais serem “mais eficientes”.

“Vou dar um exemplo, os contratos prevêem que, num concurso público, os preços das empresas nacionais podem estar 10% acima do preço das empresas estrangeiras, mas, infelizmente, quando submetem as propostas, estão acima em 30% a 40%”, critica.

Para Jerónimo, a alteração impunha-se, visto que as referências em vigor foram estabelecidas há mais de três décadas e estão “desactualizadas”. Acrescentou que, na altura, perfurar um poço em águas rasas, em Cabinda, custava entre seis e oito milhões de dólares contra os actuais mais de 100 milhões de dólares.

“Por outro lado, os contra-

Governo aprovou novas regras do sector.





TRINTA MIL quilogramas de farinha de trigo imprópria para o consumo foram apreendidas, quinta-feira, no Huambo, pela direcção do Comércio, Hotelaria e Turismo e o Serviço de Investigação Criminal.

tos que entram na Sonangol para pedido de aprovação abaixo de cinco milhões de dólares constituem 75% do número total de contratos, no entanto só correspondem a 8% dos montantes em dólares, o que quer dizer que não há grandes riscos”, explica.

LICITAÇÕES EM MENOS TEMPO

Outro documento aprovado é sobre a obtenção de qualidade de associada da Concessionária Nacional que reduz os prazos de licitação de concessões de 14 para sete meses. “Um estudo comparativo mostra que, noutros países, como o Brasil e o México, as licitações têm a duração de mais ou menos seis meses”, explicou o governante, perspectivando “maior interesse” por parte das companhias na participação nos concursos de licitação, visto que estas “têm sempre receio de se colocarem em concursos que nunca mais terminam”.

Paulino Jerónimo garante existem condições técnicas para o cumprimento dos prazos ora propostos. “Foi tudo muito bem analisado. Não há, por exemplo, motivos para solicitar-se 70 dias para casos que podem ser resolvidos em 30. Reduzimos os prazos, principalmente na nossa análise interna, era muito extensiva. Precisamos de fazer um esforço interno, temos de trabalhar mais e foi essencialmente aqui onde ganhamos tempo”, explicou. Referiu, como exemplo, a demora nos processos de licitações dos blocos on-shore, iniciado em 2014 e cancelado em 2016. Um desfecho que tem sido condenado pelas empresas, visto que relançaria a actividade petrolífera e, sequencialmente, dinamizaria as empresas, como defende Horácio Fortunato que acusa a anterior administração da Sonangol de, a determinada altura, desviar o espírito do projecto que visava a introdução de empresas nacionais na actividade de exploração e produção, visto que a Sonangol assumiria o risco de exploração e licitaria às empresas apenas em caso de serem positivos (ver entrevista).

Paulino Jerónimo garante que o documento aprovado também vai permitir o lançamento do concurso público para os blocos reclamados e ainda que se vai manter o espírito do projecto cancelado, lembrando que em apenas cinco dos 15 blocos a Sonangol assumiria os riscos por conta das empresas nacionais.



Paulino Jerónimo,
secretário de Estado dos
Petróleos

40

Projectos entrarão em desenvolvimento com os incentivos fiscais, segundo o Governo

7

Meses, novo prazo de licitação de qualidade de associada da concessionária

LIBERADOS POÇOS NAS ZONAS DE DESENVOLVIMENTOS

O Conselho de Ministro analisou e aprovou ainda a exploração, dentro das áreas de desenvolvimento, que vai permitir que as operadoras façam novos furos em zonas que já estejam em desenvolvimentos, o que é proibido actualmente. Uma alte-

ração que, segundo Paulino Jerónimo, poderá proporcionar novas descobertas.

“Há um grande potencial e acreditamos que as empresas vão começar a apresentar as propostas de prospecção destes poços”, referiu, sublinhando que os custos destes investimentos só serão recuperáveis em caso de a descoberta for positiva. Ou seja, as operadoras farão os furos por sua conta e risco e apenas em caso de sucesso recuperam o investimento.

“As operadoras queriam que os custos fossem recuperáveis, mas nós não cedemos porque senão ficaríamos a furar e nós a pagar”, argumentou para depois usar o caso como prova de que não têm estado apenas a ceder às exigências das operadoras, como determinadas correntes defendem.

“Aconteceram discussões calorosas e o que as operadoras queriam não é o que foi aprovado. Há aqueles casos de menos monta em que cedemos, mas o que está aprovado é o que achamos que seja melhor para o país”, argumentou, acrescentando que grande parte das medidas já estavam a ser trabalhadas, há mais de três anos, e seriam aprovadas mais tarde ou mais cedo.

Também foi aprovado o procedimento de incentivo para as descobertas marginais e o governante acredita estarem as condições cria-

das para se relançar a actividade de exploração paralisada desde 2011. E admite haver o risco de importação de petróleo bruto para sustentar as refinarias.

“Há este risco, por isso mãos à obra. Os incentivos fiscais e as descobertas marginais vão permitir que mais de 30 ou 40 projectos entrem em desenvolvimento, o que vai significar mais petróleo dentro de três ou cinco anos para evitar esta situação”, prevê.

O secretário de Estado defende que estas alterações se impunham para melhorar a atractividade do mercado, sobretudo devido ao surgimento de outros players no continente. “Se olharmos para o mapa de óleo de África, vamos ver as grandes diferenças. Há 20 anos, éramos nós, Congo Brazzaville, Gabão e Nigéria, mas hoje, ao longo de toda a costa, há produtores. Inclusive a África do Sul está a fazer grandes prospecções. Na prática, grande parte das empresas não abandonariam o país porque fizeram grandes investimentos que só são recuperáveis ao longo do tempo, mas deixariam de fazer novos investimentos.” Além dos documentos com impacto directo na exploração e produção foi ainda aprovado o regime jurídico de abandono de poços e desmantelamento de instalações de petróleo e gás.

CIMEIRA NOS EUA Governo quer reforçar parcerias com Power África

Angola participou, entre os dias 28 de Fevereiro e 2 de Março, em Washington D.C, na reunião 2018 de parceiros, da Iniciativa Power África, com uma comitiva chefiada pelo secretário de Estado da Energia e Águas, António Belsa da Costa, que garantiu a vontade do Governo de continuar a cooperar com a plataforma.

Trata-se da quarta reunião anual, que acontece de dois em dois anos, desde que a Iniciativa Power África foi lançada em 2013, em Addis Abeba, na sede da União Africana, pelo ex-presidente dos EUA Barack Obama, com o objectivo de aumentar o acesso à electricidade para as populações no continente africano.

O encontro é uma plataforma para avaliar os progressos dos diferentes países, mas serve também para a troca de experiências sobre dificuldades e oportunidades de investimento em matéria de energia, comércio e infra-estruturas em todo o continente africano. A iniciativa envolve os governos e os sectores público e privado norte-americanos e africanos.

Inicialmente, o projecto envolvia apenas dez países, mas expandiu-se para todos os países africanos. O secretário de Estado da Energia e Águas, que interveio no primeiro dia, enfatizou a importância da parceria entre o Governo e a Power África, augurando a continuidade da colaboração, tendo em conta os objectivos da Iniciativa,

Desde Novembro de 2016, o Ministério da Energia e Águas tem trabalhado com a Power África, em matéria de consultoria para a implementação de novos projectos, revisão de normas e regulamentos que permitam a fiabilidade dos projectos. A Cimeira Power África, realizada em 2017, acolheu 500 investidores dos EUA, África e Europa, em Washington.

Economia/Política

DEFENDE BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

“PGR já deveria ter accionado medidas cautelares no ‘caso Sonangol’”

INQUÉRITO. Ministério Público antecipa que “as conclusões do inquérito serão levadas a conhecimento público”, mas que, por enquanto, “encontre-se sob segredo de Justiça”. Bastonário Luís Monteiro quer que os membros da anterior administração da petrolífera fiquem impedidos de viajar.

Por António Nogueira

A

s denúncias públicas da actual direcção da Sonangol, segundo as quais a anterior administração,

liderada por Isabel dos Santos, terá efectuado transferências monetárias irregulares, já deveria ter levado a Procuradoria Geral da República (PGR) a aplicar algumas medidas preventivas, nomeadamente a interdição dos envolvidos de sair do país, defende o bastonário da Ordem dos Advogados (OAA). No entanto, Luís Monteiro salvaguarda que o “momento não é para se falar já de eventuais penas, sendo que nem sequer existe ainda um processo formado”.

Para já, argumenta, “deveriam ser accionadas já algumas medidas cautelares”. “É uma dessas medidas deveria ser, por exemplo, a interdição das pessoas que trabalhavam na área financeira da empresa a sair do país, para permitir que a investigação seja feita no mais curto espaço de tempo, mesmo enquanto o processo estiver em fase de instru-

ção, porque os valores são altos e são de interesse público”, defende o advogado.

O líder da OAA assume que o facto de um administrador de uma empresa pública transferir valores monetários, antes de ser exonerado, “é um crime”. No entanto, detalha que, no caso em causa, para haver uma eventual pena, a PGR teria de averiguar primeiro em que circunstâncias foram efectuadas as transferências.

Num primeiro momento, segundo explica, a PGR teria de aferir se as transferências teriam sido efectuadas, sabendo-se que o executor da operação sabia que haveria de ser exonerado, o que, a comprovar-se, resultaria no “cometimento do crime de abuso de confiança”.

Se, por outro lado, ficar provado nas investigações da PGR que o executor das alegadas transferências, as fez com a intenção de benefício próprio estar-se-ia então diante do crime de furto, segundo o advogado, esclarecendo, por último, que o caso poderia ser tipificado também como crime de burla por fraudeção ao Estado, caso fique comprovado que a operação em causa teve como objectivo o benefício de terceiros.

Luís Monteiro esclarece que todas estas medidas estão plasmadas no Código Penal em vigência

38

Mil milhões de dólares é o valor que terá sido transferido de forma irregular da Sonangol, dias antes de a nova administração assumir o comando da empresa.

no país e que o mais difícil, no caso em questão, seria a PGR “engavetar esta denúncia”, que é pública.

“A Constituição atribui à PGR a promoção do processo penal e a sua execução, o que significa que é o Ministério Público o órgão responsável para supervisionar a investigação criminal e promover a acção penal quando couber”, advoga.

INVESTIGAÇÕES SOB SEGREDO DE JUSTIÇA

As reacções do bastonário da OAA surgem na sequência do inquérito instaurado, na passada sexta-feira, pela PGR para investigar a denúncia pública da actual administração da Sonangol sobre transferências monetárias alegadamente irregulares durante a gestão de Isabel dos Santos.

Em comunicado, a PGR refere que o inquérito visa “investigar

Luís Monteiro, bastonário da OAA defende medidas cautelares.



os factos ocorridos, bem como o eventual enquadramento jurídico-criminal dos mesmos” e que “as conclusões serão oportunamente levadas a conhecimento público, sem prejuízo do segredo de Justiça”.

Entre as denúncias do actual presidente da Sonangol, Carlos Saturnino, consta a realização de uma transferência de 38 milhões de dólares, pela administração cessante liderada por Isabel dos Santos, após a sua exoneração. “Tomámos posse a 16 de Novembro de 2017 e, nesse dia, à noite, apercebemos-nos que o administrador que cuidava das finanças na Sonangol, embora tivesse sido exonerado no dia 15, ordenou uma transferência no valor de 38 milhões de dólares para a Matter Business Solution, com sede no Dubai”, acusou o líder da Sonangol, tendo acrescentado que a transferência foi realizada atra-

vés do banco BIC, “que passou a ser um dos bancos preferenciais” da petrolífera.

“Acho que isso dispensa comentários”, aludiu, ressaltando que não se tratou de um único caso. A 17 de Novembro, segundo refere, houve o pagamento de mais quatro facturas.

Carlos Saturnino afirmou não compreender porque “pessoas que tinham sido exoneradas pelo Governo ainda faziam transferências”, um acto que, no entanto, entende “não ser de boa fé”, numa aparente alusão ao facto de Isabel dos Santos ser igualmente accionista de referência do BIC.

Isabel dos Santos comandou os destinos da petrolífera nacional entre Junho de 2016 a Novembro de 2017, até ser exonerada pelo Presidente da República, João Lourenço, que colocou Carlos Saturnino na liderança da Sonangol.

A ACÇÃO PARA o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) defende a necessidade de se multiplicarem os esforços de inspecção, para que os recursos cabimentados no OGE para os sectores básicos da sociedade sejam bem executados, defendeu o director de projectos da organização, Carlos Cambuta, da Huíla.



MINISTRO SURPREENDIDO COM “MUITAS” CANDIDATURAS

Nova operadora de telefonia móvel em Agosto

TELECOMUNICAÇÕES. Apresentação das candidaturas para a quarta operadora móvel termina dia 19 deste mês. Estado vai integrar estrutura accionista com 45%.

Por Isabel Dinis

O ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, estima que, até Agosto, Angola vai poder contar “efectivamente” com um novo operador global de serviços de telecomunicações.

Depois da fase de aquisição dos cadernos de encargos, segue-se a apresentação das candidaturas que termina a 19 deste mês.

Em declarações ao VALOR, José Carvalho da Rocha confessou que o processo de entrega de candidaturas se tem revelado uma “grande surpresa” com “várias candidaturas” de grupos nacionais e internacionais, mas não divulgou números nem nomes, deixando essa responsabilidade para o Instituto Angolano das Comunicações (INACOM).

O Estado vai integrar a estrutura accionista da nova operadora com 45% do capital. Em Novembro, em conferência de imprensa, o ministro anunciou que a nova operadora vai “aumentar a concorrência e vai melhorar o serviço, indo actuar sobre os preços e a qualidade do serviço”.

A nova operadora global vai servir como empresa de telecomunicações e tecnologias de informação, oferecendo serviços de rede móvel, dados e televisão por assinatura. O mercado das telecomunicações possui três operadoras, a Angola Telecom (pública), que oferece apenas serviço

fixo, a Unitel e a Movitel (privadas).

A abertura do mercado para uma quarta operadora insere-se na reestruturação das telecomunicações, passando o país a implementar apenas dois títulos para operadores, o multisserviço e o global.

ANGOLA TELECOM PRECISA DE INVESTIMENTO PRIVADO

O Estado pretende privatizar 45% do capital social da Angola Telecom, a única operadora de telefonia pública, reiterou, ao VALOR, José Carvalho da Rocha. O ministro justificou essa necessidade para que a “entidade que adquirir a quota possa realizar, dentro da operadora, os investimentos necessários para que a empresa possa

aprovar os serviços da licença global que vai permitir ter serviços móveis”. “Para que uma empresa realize os serviços móveis precisa de fazer grandes investimentos e ela [Angola Telecom] por si só não consegue fazer”, reiterou o ministro.

O Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação está a avaliar quanto valem os 45% da Angola Telecom antes da abertura do concurso público, apesar de já ter anunciado a privatização em Novembro do ano passado. “Vamos trabalhar na avaliação nos próximos dois ou três meses e depois vamos abrir um concurso. Estamos a seguir um calendário. Não é um serviço fácil”, justifica Carvalho da Rocha.



Mário Muijeses © VE



DIFICULDADES DO EMPRESARIADO NA HUÍLA

Faliram 70 das 220 empresas criadas em três anos

O empreendedorismo, uma das apostas do Governo desde 2014 para o fomento ao emprego, está a derrapar na Huíla. Desde 2015, 70 das 220 micro, pequenas e médias empresas criadas emitiram declarações de falência.

Os números são avançados pelo coordenador-adjunto do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE), Piedade Pena, em entrevista ao VALOR, em que calcula que foram atiradas para o desemprego mais de 60 pessoas.

Outras 84 empresas lideradas por jovens também devem falir este ano, calcula Piedade Pena. Do global monitorado pelo FAJE, apenas 66 gozam de alguma estabilidade.

As dificuldades derivam da crise económica e dos problemas de escoamento da produção, já que a maior parte dos empreendedores apostou na prestação de serviço, área dependente das importações.

O coordenador-adjunto do FAJE aponta ainda, como outras causas, os atrasos nos pagamentos por parte do Estado e as dificuldades de acesso ao financiamento, assim como as barreiras na importação de mercadorias ou equipamentos. “Quando a crise eclodiu, muitas empresas se ressentiram, sobretudo pela falta de liqui-

dez e ficaram sem condições para dar continuidade aos seus negócios, porque há dificuldades no pagamento de algumas ordens de saque e sérios impasses no acesso a divisas com a taxa de câmbio favorável”.

Por isso, Piedade Pena defende que as autoridades “devem fiscalizar os programas de financiamento destinados aos empreendedores” e “rever a política de venda de divisas”.

Estimando em 145 os jovens que mantêm os empregos “nas empresas que ainda resistem e que cumprem com as obrigações fiscais”, Piedade Pena lamenta, por outro lado, a “lentidão” do ‘Projovem’, ao contabilizar apenas 10 projectos financiados na Huíla e outros quatro “bem encaminhados”, num total de nove que aguardam por aprovação.

A situação repete-se no Cunene, onde 125 empreendedores formados pelo INAPEM, até ao momento, viram um único projecto financiado pelo Projovem. Para o FAJE, o “peso” está nas garantias, exigidas pelas entidades financiadoras para a cedência de crédito.

O INAPEM informou recentemente que foram financiados 160,1 milhões de kwanzas, através do Projovem.

Por Luís Morais, no Lubango

Economia/Política

DE AEROPORTOS A FÁBRICAS

Investimentos públicos de milhões, para nada

INFRA-ESTRUTURAS. Há vários projectos financiados pelo Estado e já concluídos que se encontram parados. Alguns nunca chegaram a funcionar, devido a pequenos detalhes que podem ser corrigidos. Mas há casos em que não há recuperação possível.

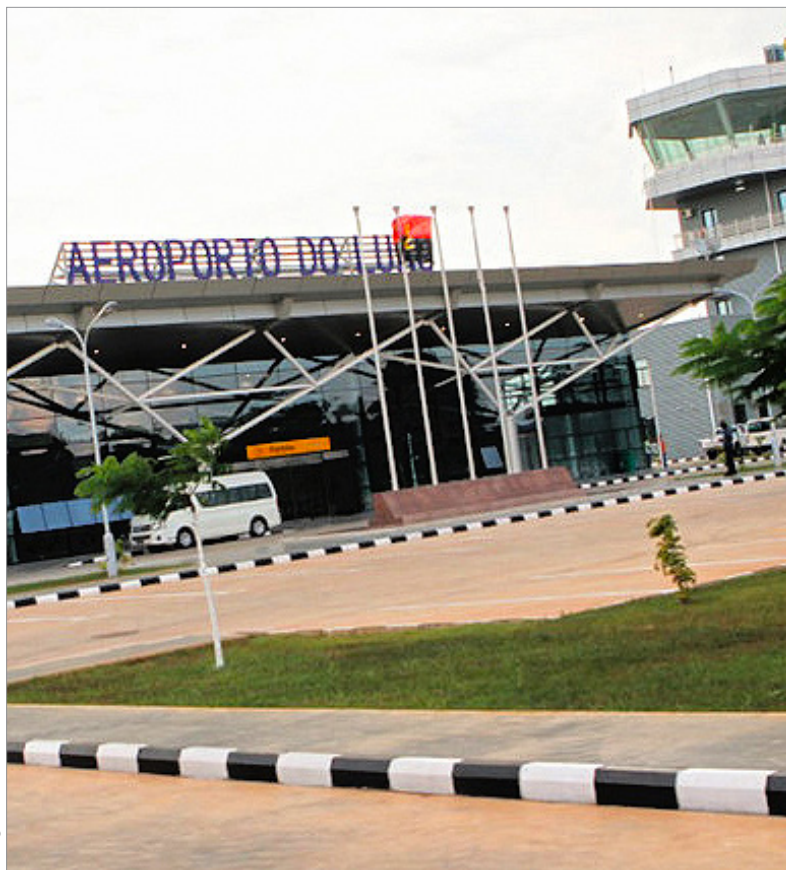
Por José Zangui

De 2012 a 2015, o Governo inaugurou vários empreendimentos para 'salvar' o seu programa 'Angola a crescer mais e distribuir melhor', como os aeroportos do Luau, no Moxico, e o de N'dalatando, no Kwanza-Norte; a casa funerária da Huila; a fábrica de processamento de banana, no Bengo, e o Centro de Julgado de Menores, no Zango III, em Luanda. Mas, até hoje, nenhuma destas infra-estruturas funciona.

O aeroporto do Luau, inaugurado em Fevereiro de 2015 e baptizado com o nome do general Sapilinha Sambalanga, encontra-se inoperacional. Orçado em sete mil milhões de kwanzas, a infra-estrutura, construída para poder acolher até o Boeing 737, foi construída com o principal objectivo de facilitar a mobilidade de pessoas e bens entre Angola e a República Democrática do Congo, o Congo-Brazavile e a Zâmbia, para desenvolver o chamado 'corredor do Lobito'.

O economista Jesué Chilundulo entende que muitas obras "foram feitas às pressas apenas para tentar defender o programa do Governo" sem, no entanto, terem estudos de viabilidade. "É aqui que o Governo falha, não faz estudos profundos", reforça a ideia.

O ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, durante uma visita há duas semanas ao aeroporto,



esclareceu que a recepção de voos depende da conclusão de outras infra-estruturas enquadradas no desenvolvimento do corredor do Lobito, como a integração modal de transportes ferroviários, aéreos e marítimos que "vai facilitar os empresários a explorar minério". Esse trabalho, segundo o ministro, "deve ser feito em conjunto com os países vizinhos".

Saindo do Leste para o Norte, em N'dalatando, o aeroporto Comandante 'Ngueto', que custou ao Estado 60 milhões de dólares, nunca recebeu voos comerciais desde a sua inauguração em 2012, limitando-se a voos fretados.

O presidente do conselho de

administração da ENANA, Manuel Pereira Ceita, justifica a inoperância com a proximidade de N'dalatando a Luanda e o facto de a província do Kwanza-Norte ser servida pela linha dos caminhos-de-ferro de Luanda a Malanje e por diversas carreiras de autocarros e táxis.

A frequência de voos para o Kwanza-Norte é diminuta, segundo aquele responsável. O aeroporto regista, em média, um voo por semana, regra geral, fretado por instituições bancárias para transporte de cargas.

Ceita recusa-se a falar em prejuízos, afirmado apenas que a "realidade está à vista" e que se está a estudar a melhor forma de fazer funcionar a

2,4

Mil milhões de kwanzas, custo do matadouro industrial de Camabatela

60

Milhões de dólares, custo do aeroporto de N'dalatando

infra-estrutura. Assegura, por outro lado, que o Ministério dos Transportes mantém a ideia de transformar o equipamento num aeroporto-escola, mas que, para isso, é preciso dinheiro.

O responsável da ENANA defende a participação da classe empresarial local neste desafio, enfatizando que, mesmo sendo aeroporto-escola, pode receber voos.

Mas o ministro dos Transportes deixou claro que, "na análise custo/benefício", feita aos aeroportos de N'dalatando e do Uíge, se conclui que "não são rentáveis". É preciso, segundo o governante, "tomar medidas para rentabilizá-los", salientando que os aeroportos de Luanda e Cabinda são os mais rentáveis.

BANANA MAIS DO QUE SECA Mas os milhões não foram apenas aplicados nos aeroportos inoperan-

tes. No Bengo, há um 'monstro adormecido', o complexo agro-industrial de desidratação de banana e processamento de tomate, construído em Caxito. Inaugurado em 2014, como resultado de um investimento de 1.850 milhões de kwanzas com uma linha de financiamento da Espanha, nunca funcionou. O problema, segundo João Mpilamosi Domingos, PCA da Caxito Rega, surgiu logo nos ensaios. Apresentou avarias em algumas peças que, apesar de já terem sido encomendadas pelo fabricante, uma empresa espanhola, demoram a chegar.

Na vertente social, o Centro de Julgado de Menores no Zango III é outro caso. Existe há três anos, mas não funciona a 100%, por falta de outros complementos.

Na Huila, a balança de controlo de carga na Estrada Nacional nº280 foi inaugurada em Novembro de 2006, custou mais de 200 mil dólares, mas nunca chegou a funcionar e até já se degradou.

Na altura, foi adquirida e instalada pelo INEA para efectuar o controlo de carga na estrada que liga Lubango a Moçâmedes. Não se conhecem as razões pelas quais nunca foi utilizada, porque as autoridades 'sacodem' as responsabilidades. No entanto, uma fonte do INEA aponta a falta de uma legislação que tem impedido regulamentar a utilização da balança.

Perante estes exemplos, o economista Alves da Rocha entende que o Governo "falha na programação dos projectos e, por isso, gasta muito dinheiro sem retorno". O economista nota que "a falta de eficiência dos gastos públicos é uma prática que não é de hoje".



ANGOLA e a RDC poderão, em breve, assinar um acordo-quadro intergovernamental no domínio da energia eléctrica, face aos trabalhos da comissão mista bilateral, que esteve reunida, na semana passada, em Kinshasa.



RESPONSÁVEIS municipais e distritais da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda foram esclarecidos, na última semana, sobre o regime de financiamento dos Órgãos da Administração Local do Estado.

Fausto Simões, coordenador da comissão directiva da OEA



Manuel Tomás © VE

ORDEM DÁ OS PRIMEIROS PASSOS

Angola com défice de 90% de economistas

PROFISSÕES. Projecção feita pelo coordenador da comissão directiva da Ordem dos Economistas de Angola aponta para a necessidade de mais de 40 mil profissionais. Fausto Simões quer a Ordem a intervir no ensino da economia em Angola.

Por Valdimiro Dias

Angola tem cerca de quatro mil economistas, para necessidades estimadas em mais de 40 mil, o que perfaz um défice superior a 90%.

Os cálculos, ao VALOR, são do coordenador da comissão directiva da Ordem dos Economistas de Angola (OEA), Fausto Simões, durante a criação da Ordem socio-profissional, que pretende tornar-se num parceiro para ajudar a resolver os problemas da economia.

Segundo Simões, a curto prazo, a organização quer ter um “papel eficaz no crescimento da economia”, através da “via do diálogo permanente”, lembrando que, enquanto comissão

instaladora, foi chamada à Comissão de Economia e Finanças para dar opinião sobre o OGE 2018”.

A Ordem ambiciona também discutir o ensino da economia em Angola, com o enfoque na reforma do currículo académico, de forma a diminuir o fosso entre cursos. “Temos professores que dão aulas em várias faculdades de economia matérias completamente díspares que não são recomendáveis para uma nação jovem como Angola”, observa Simões, acentuando que “os estudantes devem aprender o necessário e não dar coisas que sejam supérfluas, teóricas e que, na prática, não representam nada”.

Fausto Simões antecipa que os economistas vão ter carteira profissional, prevendo-se também a criação do Conselho Nacional de Ensino e Formação, onde os reitores e decanos de universidades vão ter assento, para partilhar conhecimentos.

4

Mil, número de economistas em Angola, segundo estimativas da OEA

A OEA tem, como principal missão, a defesa dos interesses da classe, assente numa “parceria estratégica com o Estado”, bem como a sua inserção em organizações internacionais, tanto globais como regionais, como a União Africana, a SADC e a CPLP.

A Ordem pretende também dar primazia ao domínio técnico-científico, com abordagens às ciências, desenvolvimento e inovação. Já foram estabelecidos, neste sentido, qua-

tro colégios especializados, ligados à macroeconomia, empresas, finanças, estratégia e desenvolvimento. Prevista está também a criação de órgãos de consultoria.

Numa primeira fase, para se candidatar a membro da Ordem, basta ter-se uma licenciatura. Um estágio profissional será exigido “quando as condições estiverem materializadas”, de modo a conferir-se “maior endurance” aos candidatos.

Durante mais de um ano, a comissão instaladora elaborou o estatuto e os regulamentos disciplinares e eleitorais, submetidos à aprovação da assembleia constitutiva da Ordem, que também elegeu a comissão directiva provisória até que seja aprovada pelo Conselho de Ministros e publicada em Diário da República. Só depois disso será eleito o primeiro bastonário. A OEA integra a assembleia-geral, o conselho fiscal e o conselho nacional executivo.

A 28 DE MARÇO

Angola volta à Bolsa de Turismo de Lisboa

Dois anos depois da interrupção da presença angolana na Bolsa de Turismo de Lisboa, o Ministério do Turismo anunciou o regresso do país ao certame que acontece no próximo dia 28 de Março.

Há dois anos, a ausência do país ficou justificada com as dificuldades impostas pela “difícil conjuntura sócio económica, que afectou os diferentes segmentos da economia”, segundo o director-geral do Instituto de Fomento Turístico, Simão Manuel Pedro.

No certame que aborda as diferentes perspectivas para o turismo, Angola vai representar-se pela Associação das Agências de Viagens e Operadores de Turismo de Angola (AVOTA), pela Associação dos Hoteleiros e Operadores de Turismo de Benguela (AHTUB) e pela Associação de Hotéis e Resor-tes de Angola (AHRA).

Com esta representação, segundo as autoridades, pretende-se oferecer aos potenciais interessados em investir no país uma visão das potencialidades nas várias vertentes.



Mercados & Finanças

NO GRUPO DE CINCO BANCOS ANGOLANOS

BAI é o ‘mais rentável’ da Sonangol

PARTICIPAÇÕES. Banco recebeu ‘nota 10’ do accionista pela distribuição regular de dividendos, face aos demais partipados pela Sonangol. Petrolífera não diz qual dá mais prejuízo, mas já avisou que vai cortar no investimento.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Angolano de Investimentos (BAI) é a participada da Sonangol, no segmento bancário, que mais distribui lucros, quando comparado aos demais bancos comerciais em que a operadora detém participações, revelou o presidente da petrolífera pública, Carlos Saturnino.

De acordo com o responsável, que balanceava os primeiros 100 dias à frente da empresa, na semana passada, os investimentos da Sonangol estão a “corroer-se” nos bancos comerciais, apesar de não especificar quanto deixou de entrar para os cofres da maior empresa angolana, com origens nestas participações.

Actualmente, a Sonangol participa em cinco bancos angolanos, o Banco Económico, com 39,7%; Banco Angolano de Investimentos (BAI), com 8,5%; o Caixa Angola (25%); Millennium Atlântico (29,9%) e Banco de Comércio e Indústria (BCI), com 1,1%.

Apesar da “corrosão” dos investimentos nestes bancos, Carlos Saturnino prefere “olhar mais para o BAI”, por ser a entidade que, “regulamente, dá lucros”, no grupo dos cinco participados. Mas justificou a situação dos bancos Económico, Caixa Angola, BCI e Atlântico com o tempo e o ambiente económico em que a petrolífera entrou no negócio. “Não estou em condições de afirmar, com números, qual é o que dá mais problemas à Sonangol. Não estou em condições de afirmar qual é o melhor banco para a Sonangol neste momento. Se olhar para os dividen-

dos, olharia mais para o BAI”, avaliou o gestor, quando abordou, caso a caso, a origem dos dividendos e de que banco vinham as maiores corrosões dos investimentos da petrolífera.

“É difícil dizer, porque os bancos comerciais em que a Sonangol investiu são diferentes em termos de capacidade bancária (produto bancário, crédito). A percentagem da Sonangol em cada banco não é uniforme, não é a mesma (...). De maneira que falar qual o banco em que temos maior corrosão é um bocado difícil”, afirmou.

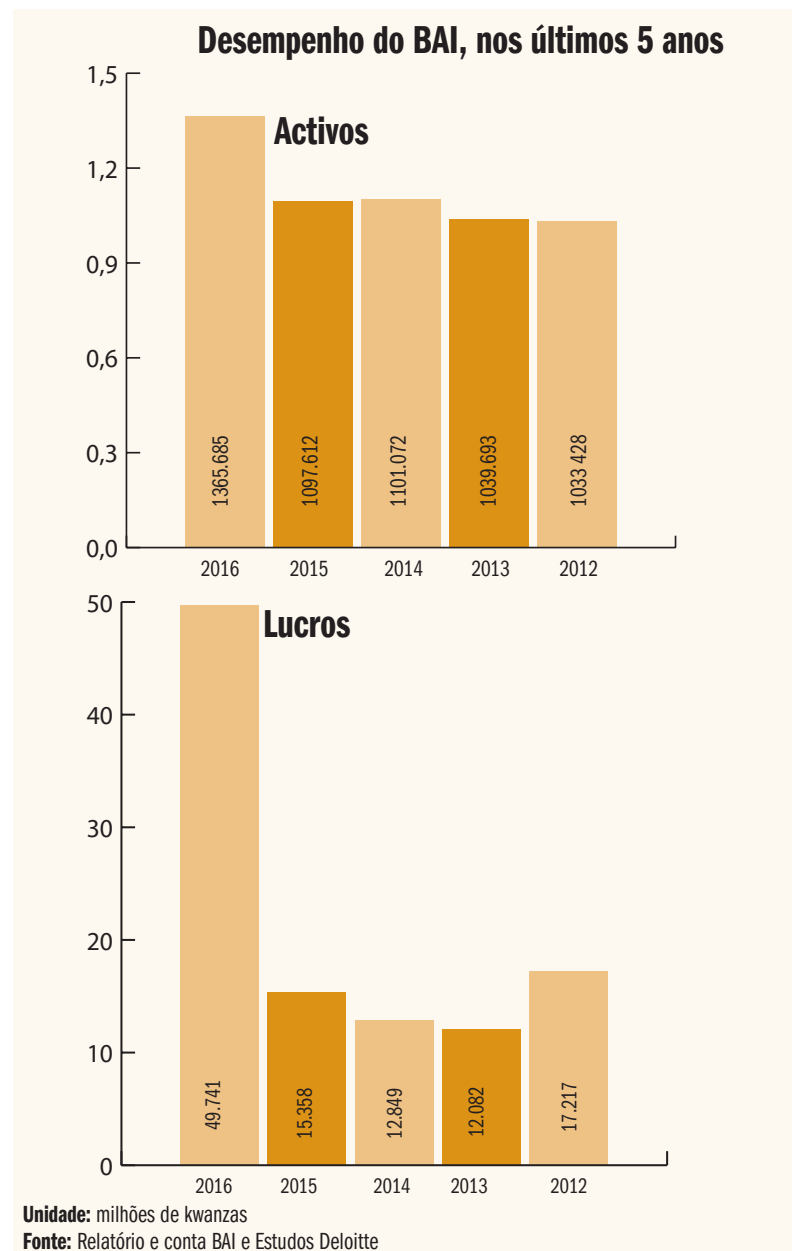
De Janeiro a Dezembro de 2016, o BAI atingiu o maior resultado líquido da sua história, ao encaixar 49,7 mil milhões de kwanzas, além de fechar o exercício com os activos a crescerem 25% para 1.365.685 milhões, marcas que elevaram o banco para o segundo lugar no top das cinco maiores entidades bancárias, medidas por activos e lucros (ver evolução gráfica).

GOVERNO DECIDE

Uma estratégia da Sonangol, e que deve ser discutida com o Governo, vai decidir com qual dos negócios bancários a petrolífera estatal deve ficar. Segundo Carlos Saturnino, o objectivo é reduzir custos de estrutura.

“Os investimentos [da Sonangol] são corroídos pelos investimentos que tem em cada uma dessas participadas, em vez de criarem sinergia, ou arranjam complementariedade. Temos de ter uma estratégia para a banca comercial”, sublinhou Saturnino, na mesma altura que levantava a possibilidade de alienar as acções da petrolífera na banca comercial nacional a privados.

Carlos Saturnino considera que há investimentos que “não são necessários” para a Sonangol, apontando a alienação ou concentração como válvula de escape. “Está a ser feita uma



análise de todas as participadas sem excepção, para determinar quais são aquelas que continuarão a existir, aquelas que terão uma percentagem maior, ou uma percentagem menor”, anunciou o gestor.

LUCROS DITAM INVESTIMENTO

Para a Sonangol, a continuidade num negócio, fora do seu ‘core business’, fica dependente do retorno do investimento. Ou seja, “a petrolífera vai fazer uma análise de cada banco, o nível de participação, o valor do banco e o rendimento que esse banco tem dado ou pode dar à Sonangol”, além das “sinergias que podem ser criadas com cada uma dessas participações em relação ao negócio do ‘upstream’, ou negócio da Sonangol no geral”, explica o gestor, acrescentando que, só à posteriori, será proposta a forma de alienação. Ou seja, “escolher onde é que a Sonangol ficaria, porque o montante envolvido nesses bancos hoje é muito grande”. E só estamos a falar de Angola. Também temos investimentos na banca fora de Angola”, insiste Saturnino.

O Banco Económico e o Caixa Angola são as entidades em que a Sonangol detém maior participação, apesar de contribuírem menos para os dividendos, situação que Carlos Saturnino justificou com a dimensão de cada banco e o tempo de investimentos da petrolífera.



A FRANÇA anunciou ter disponível uma linha de crédito de 250 milhões de dólares para financiar vários projectos em Angola.

BNA AUMENTA CAPITAL MÍNIMO DOS BANCOS

Novas regras podem acelerar novas fusões

O Banco Nacional de Angola (BNA) eleva de 2,5 para 7,5 mil milhões de kwanzas o capital mínimo exigido aos bancos, numa decisão que especialistas acreditam que precipitará mais fusões no mercado. O aviso do banco central, de 21 de Fevereiro, consagrado à adequação do capital mínimo e aos fundos próprios regulamentares das instituições financeiras bancárias, há muito que era esperado e estabelece a data de 1 de Janeiro de

2019 como prazo para o seu cumprimento.

O BNA define, como forma de ajuste do capital, a emissão de novas acções, a incorporação no capital social de reservas legais ou resultados do exercício auditados. Determina ainda que os bancos, cujo capital social ou fundos regulamentares sejam inferiores aos mínimos estabelecidos, devem apresentar ao BNA, no prazo de 120 dias, um plano de acções detalhado com medidas para alcançarem o estabelecimento.

Diversos especialistas acreditam que decisão do BNA irá precipitar a mais fusões e aquisições,

assim como o reenquadramento de algumas instituições. Há quem considere que se trata de uma decisão que se impunha, como é o caso do banqueiro Fernando Teles que, numa recente entrevista ao Valor, apelou “à coragem do banco central para exigir” aumentos de capital. “Todos temos consciência de que não é fácil, mas tem de haver coragem de o fazer. O banco central não pode deixar de obrigar que toda a banca tenha a mesma situação em termos de cumprimento de procedimentos e exigir as regras de ‘compliance’. Isso só se consegue, chamando os accionistas de alguns



Mário Nijates@NE

bancos, sugerindo-lhes que arranjam novos parceiros e/ou fusões. É o normal, é o que acontece no mundo todo quando uma empresa está com dificuldades”, sublinhou, tendo defendido que existem ban-

cos a mais para a realidade económica actual. Com a decisão do BNA, a pergunta que se impõe é que fusões se seguirão, depois da que deu origem ao Banco Millennium Atlântico em 2016.

PUB



CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL Combater a Corrupção Financeira



WORKSHOP, 14 - 18 DE MAIO 2018, LUANDA, ANGOLA

SENTE-SE PREPARADO PARA COMBATER A CORRUPÇÃO FINANCEIRA?

Reino Unido e Angola numa iniciativa sem precedentes

INSCRIÇÕES LIMITADAS ATÉ 10 DE ABRIL DE 2018

Ministrado em inglês (tradução simultânea disponível, negociável)

RESULTADOS DA APRENDIZAGEM:

No final do curso, os participantes serão capazes de:

- Avaliar criticamente, desenvolver e construir planos de acção para combater a corrupção financeira;
- Realizar mudanças organizacionais efectivas;
- Aplicar princípios fundamentais da transparência e da ética;
- Melhorar a capacidade e as estruturas de apoio, reduzindo simultaneamente encargos administrativos;
- Monitorar, avaliar e melhorar medidas preventivas e estratégias de investigação;
- Entregar serviços que atendam mais precisamente às necessidades dos interessados.

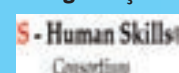
BENEFÍCIOS:

- 1- Oportunidade de ganhar uma qualificação profissional reconhecida;
2. Adquirir conhecimentos mais actualizados, pesquisas e desenvolvimentos em segurança internacional de especialistas e líderes;
3. Networking e partilha de ideias;
4. Melhorar as capacidades e conhecimentos no combate aos fluxos financeiros ilícitos.

Contactos para informações:

Belas Business Park-Via 1, S / N, Cabinda Building - Room 101, Talatona, Luanda-Angola
Telemóvel: +244 935 40 30 92 email: humanskillsangola@gmail.com

Organização:



Parceiro de Media:



Empresas & Negócios

DEVIDO A CUSTOS ELEVADOS E FALHAS DE ADMINISTRAÇÃO

Sonangol à procura de privados para gestão da clínica Girassol

NEGÓCIO HOSPITALAR. Presidente da petrolífera diz não haver meios para gerir, sozinho, a unidade hospitalar. Desafio é deixar entrar privados que ajudem a poupar mais. Cartas e telefonemas pressionaram a administração à tomada de posição. Estratégia é a mesma que acabou com voos da Sonair na rota Luanda-Houston.

Por Nelson Rodrigues

A Sonangol está a estudar a possibilidade de transferir para privados a gestão da clínica Girassol, a maior unidade hospitalar do grupo e uma das maiores do país, como forma de rentabilizar os investimentos, anunciou o presidente da petrolífera estatal, Carlos Saturnino.

O plano surge na sequência de várias reclamações que chegaram ao conselho de administração da Sonangol, bem como pela quantidade de dinheiro que a unidade sanitária gasta dos cofres da petrolífera estatal para a sua manutenção, de acordo com as justificações apresentadas pela administração da empresa, na semana passada, na conferência anual que marcou os 48 anos da Sonangol.

“A Girassol gasta muito dinheiro por mês e temos de procurar o modelo apropriado de negócio. Conseguimos gerir a Girassol sozinhos? São perguntas para as quais não temos respostas. Ou será mais apropriado procurar unidades ou empresas especializadas na gestão de unidades para fazer uma associação, ou parceria, com a Sonangol, e realmente pôr essa unidade na liderança do sistema de saúde em Angola?”, questionou o líder da Sonangol, assumindo falhas na gestão da clínica.

“Achamos que devemos ter humildade, porque não tem estado muito bem. A administração recebe



Conselho de Administração da Sonangol, durante a conferência de imprensa na quarta-feira, 28 de Fevereiro

muitas reclamações, muitas cartas, telefonemas. Os colegas que estão na Girassol fazem das tripas o coração’, mas o resultado é que não está a funcionar bem. Os trabalhadores queixam-se, as pessoas da rua queixam-se, mas o dinheiro é gasto. E, em termos de administração, temos de ter resultados em relação ao dinheiro gasto”, considerou.

INVESTIMENTO PROSEGUE

Segundo Carlos Saturnino, o plano “de incluir privados na gestão da Girassol não vai travar a entrada de novos profissionais na clínica”, garantindo, pelo contrário, que se trata de um investimento para continuar. “É um investimento com impacto social grande. Um inves-

timento que, em termos financeiros, é grande, em termos de pessoal, capital humano, grande e continua a ser feito. É um investimento para ser mantido. Ou seja, a Girassol vai manter-se, a Sonangol vai continuar a investir”, acalmou o número um da petrolífera.

A medida é parte de um projecto da Sonangol que pretende reduzir custos em todo o grupo, bem como aumentar a rentabilidade dos projectos. “A Sonangol vai rever provavelmente a existência das subsidiárias que tem, negócios nucleares e não nucleares. A Sonangol vai reduzir participações. Está a ser feita uma análise de todas as participadas sem excepção, para determinar quais são aquelas que continuarão a

existir, aquelas que terão uma percentagem maior, ou uma percentagem menor.”

CORTE INICIA NA SONAIR

A clínica Girassol não é a única a ser afectada. Segundo o presidente da Sonangol, as medidas vão ser aplicadas com a mesma estratégia que acabou com as operações da Sonair na rota Luanda-Houston, Estados Unidos da América, justificada, também, com a baixa rentabilidade.

“Tivemos de tomar uma decisão na Sonangol para a descontinuação do Houston Express. É um assunto antigo. A Sonangol perde 2,5 milhões de dólares por mês. Os colegas da Sonair têm estado a pôr

isso na mesa e a apelar para que haja coragem para implementar alguma coisa que impeça que o dinheiro da Sonair continue a desaparecer”, sublinhou Carlos Saturnino, para quem há rotas mais rentáveis para a transportadora aérea.

O último voo da Sonair na rota Houston deve sair a 29 de Março, período em que cessam todas as operações. “Hoje, os aviões [da Sonair] são velhos, temos uma dívida com a operadora Atlas. Precisamos de comprar novos aviões. O Houston Express tem tido uma ocupação entre os 35 e 37% somente. Há rotas mais competitivas. Há muitas alternativas para ir para os EUA hoje, de modo que a decisão foi terminar com o Houston Express”, justifica.



A UNITEL reforçou os serviços de roaming no continente africano, através do estabelecimento, em Fevereiro, de uma nova parceria na Tunísia, com a operadora Ooredoo.



A PRIVATIZAÇÃO em bolsa das empresas públicas de referência deve arrancar em Abril, com o Governo a garantir o objectivo de “maximizar” as receitas e o acesso aos pequenos subscritores.

NOVAS INSTALAÇÕES PARA ALARGAR SERVIÇOS

DHL Angola investe 3,5 milhões USD

LOGÍSTICA. Multinacional pretende continuar a investir no país. Para este ano, prevê a abertura de mais cinco representações provinciais.



DHL pretende continuar a investir no mercado angolano.

Manuel Tomás © VE

Por Isabel Dinis

A

DHL, empresa líder mundial nos serviços de logística e remessas rápidas internacionais, investiu cerca de 3,5

milhões de dólares para as novas instalações, em Luanda, inauguradas na semana passada.

A empresa, através do seu ‘country manager’ em Angola, Egídio Monteiro, entende que o investimento num novo edifício, em tempo de crise, é uma forma de

2

Por cento, crescimento registado pela empresa, em Angola, em 2017.

“passar a mensagem aos clientes, ao mercado e ao Governo” de que a companhia está no país para ficar.

“As empresas têm estado apreenhivas em relação ao investimento, mas a DHL decidiu que talvez seja a fase de crise o melhor momento de investir”, enfatiza.

A estrutura que funciona no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, além dos departamentos administrativos, alberga a área de recepção, armazenamento e entrega das encomendas.

Em Outubro de 2017, Hennie Heymans, CEO da DHL Express para a África Subsariana, disse ao VALOR que a estrutura seria igual à que a empresa tem noutras partes do mundo. “É uma estrutura topo de gama que garantirá a mesma qualidade de serviço que prestamos em outras partes do mundo, queremos manter o mesmo nível e satisfação dos nossos clientes”, explicou. Na ocasião, o gestor adiantou que, no último trimestre do ano passado, foram inauguradas estruturas semelhantes no Quênia e nas Ilhas Maurícias e que estavam projectadas para outros países africanos onde a companhia pretende crescer nos últimos anos.

A DHL registou um crescimento de cerca de 2% em Angola, em 2017, e pretende, este ano, juntar cinco novas representações provinciais às nove já existentes, segundo Egídio Monteiro.

Registos da empresa indicam que Portugal, China, Dubai, EUA, África do Sul e Brasil são os países com os quais Angola troca mais correspondências. No entanto, Egídio Monteiro explica que já tem havido mais abertura e mais abrangência em muitos outros países dos seis continentes.

Propriedade do grupo alemão Deutsche Post DHL, a DHL Express tem uma rede global em mais de 100 países, mais de 6.500 escritórios e 285 mil funcionários em todo o mundo, 4,5 mil dos quais em África onde, em 2017, foi eleita, pelo terceiro ano consecutivo, ‘a melhor empregadora do continente’ pelo “Top Employer Africa 2018”.



Manuel Tomás © VE

COMPLETA 26 ANOS NA TERÇA-FEIRA, 6

Angola Telecom perdeu 75% dos clientes em 8 anos

Num período de oito anos, a Angola Telecom registou uma queda na carteira de clientes na ordem dos 75%, passando de 200 para 50 mil, revelou Bartolomeu Pereira, director comercial da operadora pública.

A perda de mercado, segundo o gestor, é justificada pelo “fenómeno global ao nível de mercados de telecomunicações”, com destaque para a retracção e a falta de utilização da telefonia fixa, o que leva a empresa a preparar-se também para a oferta de serviços integrados, “no sentido de resgatar os clientes”.

Bartolomeu Pereira cita também a dívida acumulada dos clientes para com a empresa como uma das “maiores preocupações da actual comissão de gestão, face aos constrangimentos que tem causado”. Sem revelar números, o gestor aponta as empresas públicas como as principais devedoras, o que levou à criação de uma ‘task-force’ com a missão de as abordar. Pereira estima os resultados como “positivos”, já que, em pouco menos de três meses, foram estabelecidos acordos de pagamentos com algumas empresas e instituições devedoras, havendo negociações em curso.

Em relação aos clientes individuais, a principal dificuldade é o facto de as “pessoas mudarem de residência sem pagar as dívidas”.

Detida ainda na totalidade pelo

Estado, a Angola Telecom enfrenta um processo de reestruturação que deve conduzir à alienação de, pelo menos 55% da empresa, assegurando o Estado os restantes 45%, processo que deve ocorrer já a nível da bolsa de valores.

No segmento dos negócios das telecomunicações, presta serviços no domínio empresarial, residencial e a venda a grosso orientado para as grandes companhias, incluindo os próprios operadores de telecomunicação.

1.500 CABINAS PÚBLICAS

Com o processo de reestruturação em curso, a Angola Telecom prevê reintroduzir serviços de cabinas de telefónicas públicas em todo o país, pretensão que foi anunciada pelo gestor para o desenvolvimento de produtos e serviços, António Cercal. Segundo este responsável, serão montadas 1.500 cabinas em todas as províncias, com vista a garantir ao acesso deste serviço a pessoas carenciadas.

António Cercal explicou que algumas destas cabinas já existem e vão passar por um processo de revitalização, ao passo que outras serão instaladas em pontos que ofereçam alguma segurança, como shoppings e parques, de modo a evitar-se a vandalização dos equipamentos, como aconteceu no passado.

Por Valdimiro Dias

Empresas & Negócios



Tomasz Dowbor,
CEO do grupo
empresarial Boavida.

NO IMOBILIÁRIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA

Boavida investe mais de 600 milhões USD

INVESTIMENTOS. Grupo não se sente afectado pela crise e aposta em fazer “investimentos avultados” em várias áreas.

Por Valdimiro Dias

Os investimentos do grupo empresarial Boavida, com interesses no imobiliário, mas também na agricultura, hotelaria, educação, mineração e outros, atingiram mais de 600 milhões de dólares. Os números são justificados pelo CEO, Tomasz Dowbor, com o “crescimento e a diversificação das áreas de actuação”.

Na apresentação de nova identidade denominativa e visual, Tomasz Dowbor revelou os investimentos do grupo em diversos domínios, com especial destaque para o imobiliário. Antes de adoptar a actual designação, a empresa denominava-se Poltec Investimentos e tinha, como core-business, o ramo imobiliário, já com 20 anos de presença no mercado nacional. Ultimamente, investiu, de forma faseada, 500 milhões de dólares na Urbanização Boavida, cuja conclusão está prevista para 2020.

Além do imobiliário, o grupo aplicou 50 milhões de dólares na

50

Milhões de dólares, investimento numa fazenda no Bengo

600

Milhões de dólares, investimento nos novos condomínios na Urbanização Boavida

agricultura e na pecuária, numa fazenda no Bengo. E é o mesmo valor que está a investir na reactivação da exploração do ferro nas minas da Cassinga, na Huíla.

A empresa Portandum, afecta ao grupo, prepara, para os próximos dias, a primeira exportação de ferro a partir de Cassinga que esteve paralisada por mais de 40 anos.

Para o líder do grupo, a crise em Angola “ofereceu imensas oportu-

nidades, sobretudo agrícolas, mineiras e industriais”, sendo que “a dependência anterior no petróleo impediu o desenvolvimento da indústria nacional”.

O grupo Boavida prevê ainda a aposta na produção de cimento, cola, marcenaria e tinta que irão apoiar a construção civil. Uma escola internacional projectada na Urbanização Boavida, o mais recente projecto imobiliário do grupo, encontra-se também em construção.

Em relação ao exercício de 2017, Tomasz Dowbor considera que foi “um ano abençoado”, apesar “das várias dificuldades”, destacando o aumento do número de colaboradores de 1.200 para 3.800 funcionários.

Para 2018, prevê a entrega da primeira fase do projecto Boavida, os condomínios dois e três, compostos por 300 casas de diversas tipologias e um shopping center. O grupo planeia arrancar ainda com um novo projecto imobiliário e construir um edifício no centro da cidade.

As metas são “muito ambiciosas”, declara o gestor que não tem dúvidas de que “serão alcançadas”, apesar de, por exemplo, admitir que, “a curto prazo, o câmbio flutuante afecte o desempenho das empresas já que torna as importações mais caras”.

Junta a esta meta a perspectiva de criar 1.500 empregos, objectivo que vai ser ampliado no próximo ano para três mil directos e seis mil indirectos.

Novas Obrigações Declarativas em Angola



Rui Guedes
Henriques
(Tax Partner - EY)



Joana Ribeiro
(Tax Manager - EY)

trial, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Imposto do Selo, Imposto sobre a Aplicação de Capitais, Imposto Predial Urbano, declaração de Regime de Tributação de Grupos de Sociedades, modelo oficial do mapa de amortizações e reintegrações, declaração de nomeação de representante fiscal e declaração mensal de Imposto de Consumo.

Pese embora nem todos os formulários estejam já disponíveis, situação que tem vindo a acarretar diversos constrangimentos ao nível do cumprimento das obrigações impostas, cumpre salientar, como aspecto positivo, a adaptação forçosamente acelerada aos novos ‘standards’ contabilísticos e fiscais por parte das empresas, de modo a cumprir com o nível de detalhe e reporte agora exigidos, o que, se, por um lado, permite à AGT o acesso à informação contabilístico-fiscal mais detalhada (a que outrora não tinha acesso), por outro, vem permitir ao contribuinte obviar situações de potencial incoerência no apuramento de infracções fiscais por parte daquela, o que, em termos práticos, resulta em maior eficiência global na relação contribuinte - AGT.

A questão que se coloca será até que ponto o empresariado angolano terá a capacidade de adaptação imediata do seu reporte contabilístico-fiscal por referência ao ano de 2017, no sentido de endereçar devidamente as exigências/detalhe dos novos formulários fiscais.

Por fim, resta salientar que este diploma ambiciona, sem dúvida, alicerçar as boas práticas fiscais tendo por base os normativos fiscais já existentes, e permitindo à AGT e às empresas limitar o nível de discricionariedade na interpretação do registo contabilístico-fiscal.

Com a publicação do Decreto Executivo n.º 456/17, de 2 de Outubro, o paradigma do cumprimento das obrigações fiscais por parte das empresas Angolanas sofreu uma profunda evolução, assistindo-se a uma maior necessidade de adaptar os procedimentos contabilístico-fiscais, no sentido de possibilitar uma total adequação a cada vez maior demanda por parte da Administração Geral Tributária (AGT).

Ora, se, por um lado, não assistimos a qualquer alteração à Lei Fiscal, a qual dá corpo às obrigações declarativas impostas pelo Executivo, por outro, somos agora confrontados com novos formulários que se procuram adequar aos normativos fiscais existentes, mas não tomando em consideração a necessidade de um período de transição em matéria contabilística, no sentido de permitir que os sujeitos passivos respondam ao nível de detalhe exigido para efeitos de reporte estatutário e fiscal obrigatório.

Cabe agora aos sujeitos passivos, abrangidos por este diploma, cumprirem, sempre que aplicável, com a entrega das novas declarações de Imposto Indus-



BANCO POSTAL
COMÉRCIO
& EMPRESÁRIOS



SE ACREDITA NO SEU NEGÓCIO O BANCO POSTAL É PARA SI.

O sucesso do seu negócio depende da crença que deposita nele e de um parceiro em quem confiar. Por isso surgiu o **Banco Postal Comércio & Empresários** que está a ajudar a concretizar os sonhos dos empresários e das micro e pequenas empresas nacionais.

Venha falar com o Banco Postal Comércio & Empresários e descubra quanto podemos fazer pelo seu negócio.

www.ce.bancopostal.ao

☎ 923 080 103

(In)formalizando

COM FORMAÇÃO

Bengo capacita pescadores

Mais de 100 membros de cooperativas de pesca artesanal e de Kaxicane, no Icolo e Bengo, em Luanda, participam de um curso de técnicas de reprodução de peixe.

A formação de técnicas de pis-

cicultura tem, como objectivo, formar pequenos empreendedores e enquadra-se no programa de combate à fome e à pobreza.

O responsável local de Pescas, João Neto, explicou que a formação do Instituto de Pesca Artesanal (IPA) pretende capacitar os membros das cooperativas e associações de pescas para, igualmente, contribuir para a renda das famí-

lias rurais.

A formação, que teve a duração de cinco dias e terminou no último sábado, dotou os participantes nos domínios da salga e seca, defumação do pescado, aproveitamento dos resíduos para a produção de ração de peixe, piscicultura comunal em tanques, redes ou gaiolas, análise sensorial do pescado e refrigeração.



COM PROJECTOS EM CARTEIRA APOIADOS POR BANCOS

CLESE forma empreendedores em Benguela

Pelo menos 19 projectos de investimento nas áreas de comércio, turismo, restauração, farmácia, agropecuária, transporte, entre outras, foram apresentados, em Benguela, numa iniciativa promovida pelo Centro Local de Empreendedorismo e Serviço de Emprego (CLESE).

Os projectos, que serão financiados por bancos, foram apresentados por 20 formandos do CLESE, que concluíram a última acção formativa do programa do Governo de fomento ao empreendedorismo.

O director provincial do CLESE em Benguela, Domingos Calete, espera que os empreendedores formados “consigam implementar os seus projectos, de modo a contri-

buirem para a geração de mais postos de trabalho”.

Os projectos foram avaliados por um júri composto por representantes do Banco Sol, direcção do Comércio, Inefop, Universidade Katyavala Bwila e Balcão Único do Empreendedor (BUE).

Fundado em 2013, o CLESE, em Benguela, já promoveu a apresentação de 175 projectos de investimentos.



ESCRITO POR RONALDO PITTA GRÓS

Livro ensina a fazer negócios

O empreendedor e co-fundador do portal ABC, Ronaldo Pitta Grós, lança, a 14 de Março, o livro ‘Comece o Seu Negócio Com o Pé Direito’. De acordo com o autor, o livro surge num contexto em que, na “economia mundial, é muito comum falar-se sobre empreendedorismo e a importância do mesmo para o desenvolvimento de um país”. No entanto, refere que o caminho para se empreender exige uma série de conhecimentos e disciplinas que, muitas vezes, não estão subentendidas nas entrelinhas.

O autor do livro entende ser necessário alertar aos empreendedores para o desafio de “empreender” e os critérios obrigatórios para quem quer sobreviver a este desafio. “Muito mais do que ter vontade de o fazer, é estar capacitado e disponível para as etapas inerentes ao processo”, aconselha.

A obra traz ideias sobre como iniciar um negócio e procura orientar os empreendedores a melhor planearem e organizarem os seus negócios.

Ronaldo Miguel Pitta Grós é formado em Administração de Empresas. Exerce, desde 2006, funções ligadas à área de Comunicação e Marketing em empresas de telecomunicações, publicidade, saúde e energia.





CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

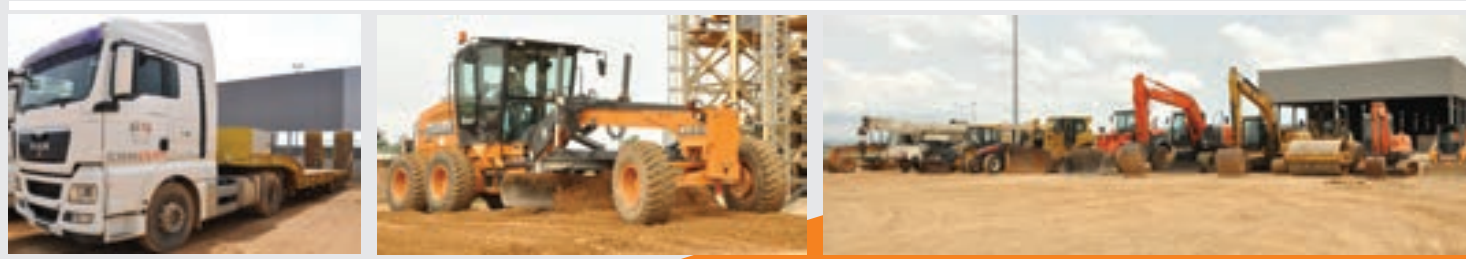
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



De Jure

BANQUEIRO VAI TESTEMUNHAR PESSOALMENTE EM PORTUGAL

Carlos Silva aceita responder a “fantasias” de Orlando Figueira

JULGAMENTO. Sessões de audição ao banqueiro angolano estão marcadas para 7 e 10 de Maio, em Lisboa, conforme decisão do colectivo de juízes que está a julgar o processo. Banqueiro afirma que alegações do procurador Orlando Figueira, que envolvem o seu nome, não passam de “fantasias”.

Por António Nogueira

O banqueiro angolano Carlos Silva deverá apresentar-se, em Lisboa, aos juízes que julgam a ‘Operação Fizz’, em Maio, para prestar depoimento, depois de ter sido descartada a hipótese de ser ouvido a partir de casa, via skype, conforme a sua pretensão inicial, por indisponibilidade de agenda.

A notificação a Carlos Silva surge na sequência das alegações apresentadas, em tribunal, pelo procurador Orlando Figueira, segundo as quais os 760 mil euros que recebeu nas suas contas resultaram de

um contrato de trabalho que assinou com o banqueiro e que o levou a abandonar a magistratura.

De acordo com o jornal português ‘Observador’, Carlos Silva terá já reagido ao depoimento prestado por Orlando Figueira, tendo, para o efeito, comunicado por escrito que tudo não passa de uma “fantasia”, mas reforçou que só estaria disponível para se deslocar a Portugal em Maio para prestar depoimento.

A petição foi aceite pelo juiz que marcou as audiências para entre 7 e 10 de Maio.

O colectivo aproveitou para reagendar outras testemunhas, como o advogado N’Gunu Olívio Noronha Tiny, que se mostrou logo disponível para comparecer em tribunal, a 20 de Março. Esta disponibilidade de N’Gunu Tiny, segundo o Observador, vem no seguimento do envio de uma carta rogatória para Angola, em que o tribunal solicitou a notificação do advogado que preside ao Banco Postal, mas tam-

760

Mil euros é o valor encontrado na conta do procurador português Orlando Figueira, o qual o tribunal procura descobrir a sua proveniência.

MEMORIZE

● **CARLOS SILVA** terá já reagido ao depoimento prestado por Orlando Figueira, tendo, para o efeito, comunicado por escrito que tudo não passa de uma “fantasia”, mas reforçou que só estaria disponível para deslocar-se a Portugal em Maio para prestar depoimento.



Carlos Silva,
PCA do Banco
Atlântico Europa

Mário Marques/VE

bém de Carlos Silva, presidente do Banco Atlântico Europa (com sede em Lisboa), e de mais dois angolanos, cujos nomes não foram revelados para prestarem depoimento no julgamento.

CAUTELAS EM RELAÇÃO A MANUEL VICENTE

Por outro lado, o Ministério Público, segundo a imprensa lusa, estará mais cauteloso em relação ao processo que está a ferir as relações entre Portugal e Angola.

Segundo um despacho, citado pelo Observador, o procurador coordenador José Góis promoveu junto do colectivo do tribunal de julgamento da Operação Fizz, que, logo na primeira sessão, decidiu separar as suspeitas de corrupção activa imputadas a Manuel Vicente para um processo à parte, que não se iniciem, para já, os procedimentos de contumácia normais nos casos em que a justiça não consegue notificar algum arguido do despacho de acusação produzido pelo Ministério Público. “Está ainda pendente uma decisão do Tribunal da Relação de Lisboa relativamente a diversas questões” levantadas pela defesa do ex-vice-Presidente de Angola em

sede de recurso, lê-se no despacho de José Góis. “Assim não parece aconselhável, por ora, prosseguirem as diligências habitualmente realizadas em processos separados, que poderiam revelar-se totalmente inúteis”, face a uma eventual decisão da Relação a favor da transferência dos autos relacionados com Manuel Vicente para Luanda.

Manuel Vicente é acusado de ter corrompido, em Portugal, um procurador do Ministério Público, Orlando Figueira, para que este alegadamente arquivasse os inquéritos que tinha em mãos contra ele no Departamento Central de Investigação e Ação Penal.

Neste processo, estão também a ser julgados o advogado Paulo Blanco, que chegou a representar Manuel Vicente, e Armindo Pires, um empresário que tinha plenos poderes para representar o ex-presidente da Sonangol em Portugal.

Ao longo do processo, e até chegar à barra do tribunal, a defesa de Manuel Vicente alegou sempre que o governante não tinha sequer sido notificado da constituição de arguido, nem da acusação. Ou seja, nem gozou do seu direito de defesa. Logo, não podia ser julgado.

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Gestão

OS SETE PASTORES MAIS RICOS DO MUNDO

Religião? Um grande negócio...

FORTUNAS. São pastores que ganharam fama internacional, poder político e, sobretudo, muito poder financeiro. Graças às pregações, criaram fortunas incalculáveis e impérios que se estendem por vários países. Dos 20 mais ricos, sete são nigerianos. Maior fortuna obtida através da pregação está nas mãos do líder da IURD, Edir Macedo. Em quase todos, há denominadores comuns: gostam de viajar em jactos privados, têm adoração por carros de luxo, são apaixonados por televisão, são narcisistas e têm uma concepção muito especial da gestão de uma igreja.

Por Emídio Fernando



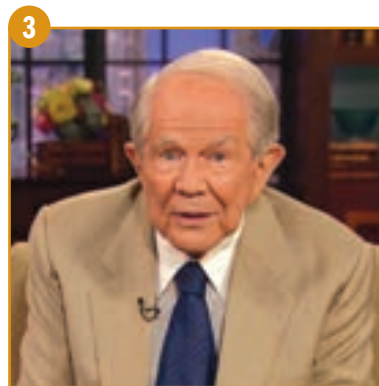
1
EDIR MACEDO
O senhor Record

É o 'imperador' dos pastores evangélicos. Aos 73 anos, acumula uma fortuna de mais 993 milhões de euros. Fundou a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e é o dono da Record, a terceira maior cadeia de televisão do Brasil. Tem ainda metade do banco Renner. Só o seu avião privado está avaliado em 45 milhões de dólares. Já foi acusado, ao longo dos anos, de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e evasão de capitais. Começou por vender bilhetes de lotaria, num pequeno quiosque, e, em 1977, fundou a igreja que hoje tem mais de oito milhões de seguidores, 15 mil pastores em 105 países. É a 29.ª maior igreja no mundo.



2
KENNETH COPELAND
Com frota de aviões

Escritor, orador, fundou os Ministérios Kenneth Copeland, uma organização cristã que funciona nos EUA e que já lhe permitiu acumular uma fortuna de cerca de 665 milhões de euros. Começou por ensinar a bíblia e depois a evangelizar na televisão. Hoje é dono da God Tv e da Daystar Television Network. Em 2010, promoveu uma campanha para o Haiti, mas ficou com o dinheiro. Aos 80 anos, tem cinco aviões privados, cada um avaliado em 17 milhões de dólares.



3
PAT ROBERTSON
Nos 'diamantes de sangue'

Chegou a ser candidato às eleições nos EUA, dando corpo a um projecto político que o levou a criar a rede de televisão Christian Broadcasting Network. Antes, fundou o Clube 700, um programa de televisão suportado por 700 empresários. Entre os seus negócios, entra a exploração dos chamados 'diamantes de sangue', em minas na Libéria e defendeu Charles Taylor, quando este foi acusado de crimes contra a humanidade. Foi advogado e, aos 87 anos, tem uma fortuna avaliada em 425 milhões de euros.



4
GEORGE FOREMAN
Boxe no púlpito

Aos 28 anos, converteu-se ao cristianismo, abandonando o boxe. Ao contrário de outros pastores, já chegou rico à profissão e tem distribuído parte da fortuna, avaliada em 220 milhões de euros, pelos mais pobres em Houston, nos EUA. Gosta de ser tratado por empresário, apesar de ter criado uma igreja. Divide o seu tempo a pregar e a promover churrasqueiras eléctricas portáteis.



5
DAVID OYEDEPO
A maior igreja

É o pastor mais rico de África, com uma fortuna de 150 milhões de euros. Construiu uma das maiores igrejas do mundo, na Nigéria, que é a sede do Santuário da Fé, a congregação que ele próprio fundou, ocupando mais de 40 quilómetros quadrados perto da capital, Lagos, a que ele chamou Canaanland. O local tem capacidade para acolher 50 mil pessoas sentadas. A igreja tem fiéis em 45 países africanos e ainda nos EUA e no Reino Unido. Arquitecto de profissão, converteu-se ao cristianismo por outro pastor milionário, Kenneth Copeland.



6
ENOCH ADEBOYE
Graças à política

Formou-se em matemática aplicada, mas foi com outros números que construiu uma fortuna de 120 milhões de euros. Chegou a ser considerado, pela revista Newsweek, uma das 50 pessoas mais influentes do mundo, devido às suas ligações com a política, não só na Nigéria, mas na Europa e nos EUA. É professor universitário e lidera a Igreja Cristã Resgatada.

AYODELE ORITSEJAFOR
Da banca aos jornais

Os seus negócios não se ficam pela Igreja da Bíblia Palavra da Vida. Estendem-se à banca, imóveis, transportes e média. Gere uma fortuna de 102 milhões de euros que o ajuda a manter um canal de televisão visto em 75 países, em África, Ásia e Europa. Já foi classificado como terrorista, por dirigir a organização cristã 'Homens novos', e hoje lidera a associação cristã, na Nigéria.



A importância da igualdade do género



ACHIM
STEINER,



PHUMZILE M.
NGCUKA



libradas do género no sector. A nossa esperança é que muitas outras empresas se esforcem para a certificação da igualdade de género.

Outra iniciativa a ser aplicada é o Princípio do Empoderamento das Mulheres, um conjunto de directrizes operacionais desenvolvidas pela UN Women e pelo Pacto Global das Nações Unidas que incorpora o 'business case' para a igualdade de género. Mais de 1.700 CEO aprovaram os princípios, enquanto cerca de 300 empresas em 61 países usaram a ferramenta de análise gratuita de diferenças de género para ajudar os seus líderes a implementá-las nos locais de trabalho.

Certamente que reuniões globais, sistemas de certificação e 'softwares' livres são apenas parte da solução. As mulheres ainda suportam encargos domésticos desproporcionais e as pressões decorrentes das normas sociais e culturais, muitas vezes, roubam-lhes as possibilidades de frequentar a escola, abrir empresas ou participar na vida pública. Além disso, as mulheres, que mantêm empregos fora do lar, encontram-se no lado errado de uma diferença salarial de género que é em média de 23%, sugerindo que a igualdade não é apenas sobre oportunidades.

Empresas, comunidades e famílias devem trabalhar em conjunto para nivelar o campo de jogo. Felizmente, o custo de não fazer nada é muito alto para qualquer empresa possa suportar - e para as economias como um todo - e é, por isso, que estamos optimistas de que a eliminação do preconceito de género no trabalho seja possível. Quando as empresas tornam o empoderamento das mulheres uma questão central nas suas estratégias, o crescimento e a igualdade podem reforçar-se mutuamente para não deixar ninguém para trás.

Achim Steiner, secretário-geral adjunto das Nações Unidas e director executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente
Phumzile Mlambo Ngcuka, directora-executiva da ONU Mulheres

Em todo o mundo, as questões do género estão a atrair uma atenção renovada. Através de marchas de protesto e de campanhas nos média e nas redes sociais, a questão tornou-se viral, enquanto as mulheres, em todo o mundo, exigem o fim do assédio sexual, do abuso, do 'feminicídio' e da desigualdade.

Os movimentos 'Me Too' e 'Times Up' foram tão bem sucedidos quanto aumentaram a consciencialização pública, mas a luta pela paridade está longe de terminar. Empoderar mulheres e meninas é fundamental para alcançar todos os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas até 2030. No entanto, por enquanto, o preconceito do género continua a ser um obstáculo significativo para o progresso global e é particularmente agudo nos locais de trabalho. Hoje, apenas 5% das empresas da S&P 500 (índice da 500 maiores empresas cotadas nas NYSE e NASDAQ, elaborado pela Standard&Poor's) são lideradas por mulheres, de acordo com a Catalyst, uma ONG sem fins lucrativos, que avalia CEO. Estes dados sombrios são ainda mais notáveis quando se considera que 73% das empresas globais supostamente praticam polí-

ticas de igualdade de oportunidades, de acordo com uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, enquanto a pesquisa mostra uma ligação clara entre o equilíbrio de género de uma empresa e a sua saúde financeira, as mulheres ocupam menos de 20% dos lugares nos conselhos de administração das maiores empresas do mundo.

Abordar essas deficiências é um imperativo económico e moral. Um relatório de 2015 do Instituto Global McKinsey concluiu que, se mulheres e homens tivessem um "papel idêntico nos mercados de trabalho", 20 mil milhões de dólares seriam adicionados à economia global até 2025. Esses ganhos iriam muito além dos benefícios às empresas em termos individuais. As empresas com maior igualdade de género são mais inovadoras, generosas e lucrativas. Mas, à taxa actual de capacitação feminina, levaria quase 220 anos se anular a diferença de género. O mundo não pode esperar muito tempo; precisamos de uma nova abordagem.

Para ajudar a traçar um caminho para as empresas contratarem, reterem e promoverem empregadas, juntámos mais de 400 líderes empresariais globais e representantes do governo em Santiago, no Chile, no Quarto Fórum Global sobre Negócios para a Igual-

dade de Género. A reunião - organizada pelo governo chileno e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a OIT e ONU Mulheres (entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres) - destacou a importância da igualdade de género no sector privado.

Uma solução passa pelo programa 'Selo da Igualdade do Género', apoiado pelo PNUD, uma iniciativa única que certifica as empresas que eliminaram as diferenças salariais, aumentaram o número de mulheres em cargos de decisão e trabalharam para acabar com o assédio sexual no trabalho.

Hoje, essas empresas certificadas pelo PNUD lideram a estratégia para se construir uma força de trabalho global mais equilibrada. Por exemplo, a empresa estatal chilena de mineração de cobre, a Codelco, está a aumentar o número de empregadas e, ao mesmo tempo, aumentou de produtividade. Da mesma forma, o Banco Nacional da Costa Rica promoveu dezenas de mulheres em papéis de liderança. O banco tornou-se um dos principais fornecedores regionais de financiamento para empresárias. No Canadá, o Scotiabank usou um programa de formação dirigido a mulheres para se tornar uma das empresas mais equi-

A paridade do género é um imperativo económico e moral. Quando os líderes do desenvolvimento se reuniram no Chile, o objectivo foi capitalizar o impulso do recente activismo em nome das mulheres e garantir que as empresas entendam que a igualdade é boa para se obter sucesso

Internacional

SANÇÕES IMPOSTAS PELA CEDEAO

Bancos congelam contas de personalidades guineenses

EMBARGO. Além da proibição de operações bancárias, os sancionados e familiares, entre os quais o filho do presidente guineense, estão também impedidos de viajar para os Estados-membros da CEDEAO.



Bancos da Guiné-Bissau cumprem orientações da CEDEAO e bloqueiam contas de 19 personalidades:

prir com o argumento de que não receberam orientações das suas direcções que estão fora da Guiné-Bissau. Dos cinco bancos existentes em Bissau, apenas um tem a sua direcção no país.

A RFI avança também que o embargo às contas bancárias ainda não entrou em vigor no próprio Banco Central de Estados da África Ocidental (BCEAO), que estaria a aguardar que a decisão lhe fosse comunicada por uma instância superior da comunidade que não seja através de um simples ofício.

A CEDEAO considera as 19 personalidades como as que têm dificultado o entendimento que poderia permitir acabar com o impasse político no país que já dura há cerca de três anos.

Em Janeiro, aquando do anúncio das sanções, o presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, tinha declarado que não estava preocupado com o embargo daquela comunidade regional africana. Os políticos visados também reagiram, com “despreocupação”, tendo considerado como “absurdo” o embargo.

O ex-ministro do Turismo, Fernando Vaz, um dos visados que mais fala publicamente sobre o assunto, tinha afirmado que as sanções devem ser aplicadas a quem infringe uma norma jurídica em qualquer parte do mundo, acrescentando que não é subscritor do acordo de Conacri.

Fernando Vaz tinha declarado que iria avançar com uma acção judicial contra a CEDEAO “para que seja responsabilizada pelos danos que provocou com as sanções sem fundamento”. No seu caso em particular, assegurou que nunca impediu a aplicação do Acordo de Conacri e que os instrumentos de aplicação do Acordo não estão nas suas mãos.

Por António Miguel*

Alguns bancos da Guiné-Bissau estão a bloquear contas de 19 personalidades guineenses, na sequência das sanções impostas pela Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO). Na lista dos nomes visados, constam o ex-Procurador-Geral da República, António Sedja Man, o actual titular daquele órgão, Bacari Biai, o ministro do Interior do governo demissionário, Botche Cande, e o filho do presidente, Herson Gougjabi Vaz. Os ministros do Comércio, Victor Madinga, e do Turismo, Fernando Vaz, também foram sancionados.

Com as sanções, as 19 personalidades guineenses ficam proibidas de viajar, pelo menos, para os outros 14 países da CEDEAO, terão os seus bens financeiros congelados e ainda estão proibidas de quaisquer operações nos bancos da comunidade africana.

De acordo com a agência Lusa, o ministro do Turismo no governo demissionário, Fernando Vaz, confirmou que “alguns bancos” tinham bloqueado as contas das personalidades sancionadas, mas garantiu que, pessoalmente, não foi afectado pela medida.

Fernando Vaz, que voltou a criticar as sanções decretadas pela CEDEAO, afirmou ainda ter recebido o seu ordenado de Fevereiro num banco de Bissau, mas

MEMORIZE

● O PAIGC, partido vencedor das últimas legislativas, rejeitou esta semana o nome de Artur Silva, o sexto primeiro-ministro nomeado pelo presidente guineense, José Mário Vaz, desde que demitiu o governo deste partido, liderado por Domingos Simões Pereira, em Agosto de 2015.



19

Personalidades, entre as quais o filho do presidente da Guiné-Bissau, estão sob sanções da CEDEAO.

não citou qual. Confirmou que outros elementos sancionados viram as respectivas contas bancárias congeladas.

Já a RFI informou que a CEDEAO emitiu a ordem, mas nem todos os bancos estão a cum-

*Com agências

MOÇAMBIQUE debate uma revisão pontual da Constituição da República para enquadrar juridicamente o acordo sobre descentralização alcançado entre o governo e a Renamo.



DÍVIDA DO SECTOR não-financeiro português situava-se no final de 2017 em 718,1 mil milhões de euros, dos quais 311,6 mil milhões respeitavam ao sector público e 406,5 mil milhões ao sector privado, segundo o Banco de Portugal.



Maixent Raoul Ominga,
director-geral da
Societe National des
Petroles du Congo (SNPC)

CONGO-BRAZZAVILLE

Petrolífera pública com nova direcção

O presidente do Congo, Denis Sassou Nguesso, nomeou um novo director-geral da petrolífera pública Societe National des Petroles du Congo (SNPC). Trata-se de Maixent Raoul Ominga, que terá como uma das principais tarefas liquidar as dívidas da empresa para com os fornecedores externos.

A nomeação foi anunciada pelo ministro das comunicações, Thierry Mougalla. Raoul Ominga substitui Jerome Koko, que vai ocupar a pasta de director do Tesouro, cargo que se encontrava vago há oito meses.

De acordo com o FMI, o Congo pondera a solicitação de um resgate

financeiro, acumulou uma dívida na ordem dos 9,14 mil milhões de dólares, o equivalente a cerca de 110% do Produto Interno Bruto. A SNPC deverá renegociar com os fornecedores (principalmente a Glencore e a Trafigura Beheer B) os moldes de pagamentos de uma dívida de dois mil milhões de dólares, segundo a Reuters.

O grupo de defesa Global Witness afirma que a dívida mais que triplicou desde 2010 por causa de uma série de acordos de pré-financiamento de petróleo do SNPC que envolvem empréstimos que são pagos com petróleo bruto em vez de dinheiro.

As verbas dos acordos, aponta a Global Witness, beneficiaram pessoas próximas e da família de Sassou Nguesso como veículo de corrupção.

BREXIT

Fronteira em discussão

Donald Tusk defendeu a manutenção da Irlanda do Norte no mercado único, de modo a evitar uma fronteira rígida entre o território britânico e a República da Irlanda, membro da União Europeia.

A primeira-ministra britânica, Theresa May, garantiu, num encontro com o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, que o governo britânico está “firme” no compromisso para evitar uma fronteira física entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, após o “Brexit”.

Theresa May deve esclarecer, também, que moldes vão regular a relação económica entre Londres e Bruxelas. Num encontro com empresários europeus, o principal negociador da União Europeia para o “Brexit”, Michel Barnier, pediu para que seja analisado o nível de exposição das empresas ao Reino Unido.

O executivo liderado por Theresa May recusou a proposta por considerá-la um “ameaça à integridade constitucional do Reino Unido”.



Donal Trump,
presidente dos EUA

PROTECCIONISMO DE TRUMP

Aumentadas taxas de importação de metais

O presidente dos Estados Unidos da América quer que seja imposta uma taxa de 25% sobre as importações de aço e 10% sobre o alumínio, já este mês. Donald Trump afirmou que vai impor o aumento dessas taxas para apoiar os produtores norte-americanos e aumentar o número de postos de trabalho.

O anúncio foi feito na Casa Branca durante um encontro com executivos de empresas produtoras e transformadoras dos dois metais. “Novamente, o que foi permitido durante décadas é vergonhoso. É vergonhoso. Quando se chega a um ponto em que o nosso país não pode produzir alumínio e aço, tal como alguém já o disse ante-

riormente, e eu também o digo, não se tem um grande país. Porque sem aço e alumínio o país não é o mesmo”, afirmou Donald Trump.

Depois das declarações de Trump, Wall Street registou uma queda acentuada, com os investidores receosos com possíveis retaliações dos parceiros comerciais norte-americanos. A medida procura atingir as importações de metais da China, contudo acaba por afectar parceiros norte-americanos como o Canadá e Estados Europeus.

De recordar que o aumento da produção externa, especialmente chinesa, levou à diminuição dos preços, o que afectou os produtores norte-americanos e criou uma situação que o Departamento do Comércio afirma representar uma ameaça à segurança nacional.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Confrontos étnicos provocam mais de 30 mortos

Pelo menos, 33 pessoas morreram, na sequência de um confronto por motivações étnicas, na República Democrática do Congo (RDC). A violência entre as comunidades Hema e

Lendu ocorreu, na madrugada de sexta-feira, 2, em Ituri, zona Nordeste do país.

O balanço (33 mortos) de vítimas foi avançado pelo ministro do Interior congolês, Henri Mova. No entanto, a agência chinesa Xinhua adianta que o número de mortos ultrapassou os 40, sendo a maioria da comunidade Hema, cuja aldeia de Maze terá sido alvo

de um ataque surpresa por assaltantes Lendu.

A Xinhua explica ainda que as hostilidades já se fazem sentir na região de Ngjugu há mais de dois meses, tendo provocado mais de 100 mortos. Milhares de casas terão sido incendiadas e mais de 60 mil pessoas fugiram para Bunia, a capital da província. Há relatos de que outros

milhares de pessoas terão fugido para o Uganda.

O apelidado “conflito de Ituri” é antigo entre os Lendu, uma comunidade de agricultores, e os Hema, uma comunidade dedicada à pastorícia. Na base do atrito está uma rivalidade dos tempos do colonialismo belga agravada nos anos 70 do século XX por uma controversa posse e venda de terras.



Ambiente

VLADIMIRO RUSSO, DIRECTOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO KISSAMA

“É preciso mais investimentos em energias renováveis”

ENTREVISTA. Director executivo da Fundação Kissama para a Área Ambiental e Administração, Vladimiro Russo elenca alguns problemas ambientais, como a desflorestação e a má gestão dos resíduos sólidos e defende que o Governo crie políticas públicas que incentivem o surgimento de empresas verdes.

Qual é o estado da ‘economia verde’ em Angola?
A diversificação da economia é um dos principais desafios à ‘economia verde’. Há legislação e alguma vontade, em alguns sectores, em abraçar as principais características da ‘economia verde’, nomeadamente o aumento do uso de fontes energéticas limpas, a aposta no uso eficiente dos recursos naturais e a gestão de resíduos com aposta na reciclagem.

Existem ‘empresas verdes’ em Angola?

Existem algumas que, além de buscarem o lucro, também se preocupam com o bem-estar e com a protecção do ambiente. No entanto, não é suficiente ainda para considerarmos estas empresas como 100% verdes. Existe alguma legislação sobre avaliação de impacto ambiental que define um conjunto de pressupostos relevantes para que projectos e empresas possam cumprir com os princípios da ‘economia verde’.

O que o Governo deve fazer para incentivar o seu surgimento?

É importante que as políticas públicas criem mecanismos de incentivo à economia verde para que a transição das empresas seja feita de forma concreta. Essas políticas têm de promover incentivos (como a redução de impostos) para os negócios com pendor verde, particularmente aqueles que assumam características da ‘economia verde’: oferta de empregos, consumo consciente, uso de fon-

tes de energia limpas e valorização da biodiversidade.

A legislação facilita?

Não se trata de legislação apenas, mas também de vontade e visão dos gestores de empresas públicas e privadas, particularmente a longo prazo. Se os gestores entenderem que determinadas tecnologias, apesar dos investimentos iniciais, são úteis poderemos ter várias empresas a marcarem a diferença, na redução do consumo e de recursos e na gestão dos resíduos.

Angola produz anualmente mais de três milhões de toneladas de lixo urbano. Como transformar resíduos sólidos em matérias-primas?

Tem de haver uma forte aposta na transformação, tanto para o mercado da reciclagem como do reaproveitamento. As opções são inúmeras, mas o surgimento deste negócio depende da existência de energia e água da rede pública, incentivos fiscais, investimentos em tecnologias e gestores com visão a longo prazo.

Qual é o estado actual do ambiente em Angola?

Angola apresenta vários problemas ambientais associados ao estágio de desenvolvimento, particularmente devido à necessidade de exploração de recursos para satisfação das necessidades das populações e os acentuados níveis de pobreza, mas também devido ao não cumprimento da legislação ambiental. Nos últimos anos, o diagnóstico é que há um conjunto

PERFIL

Vladimir Kilaunji Russo é natural de Luanda, nasceu a 15 de Junho de 1974. Licenciado em educação ambiental, é mestre em educação ambiental pela Universidade Roers na África do Sul. É co-fundador da Associação Juventude Ecológica Angolana, em 1991. Actualmente é o director executivo da Fundação Kissama para a área de educação ambiental.

de problemas ambientais que afectam a qualidade de vida, agridem o ambiente e têm um impacto negativo na economia.

Quais são esses problemas?

Os resíduos sólidos, uma vez que não existem mecanismos adequados para a sua gestão, a poluição causada por empreendimentos industriais, a caça furtiva que sustenta um enorme mercado de carne e a acentuada desflorestação sem qualquer cumprimento da legislação nacional tanto para exportação como para campos agrícolas.

Quais são as soluções?

Não há receitas concretas. A resolução dos problemas depende de um conjunto de factores que incluem a existência de meios humanos (formação de quadros) e técnicos. No entanto, a aplicação de lei é uma prioridade. Depois existe a necessidade de se criar empregos ‘verdes’ com um sério investimento na indústria de reciclagem e gestão de resíduos. Por outro lado, é importante que os

projectos de desenvolvimento elaborem os estudos de impacto ambiental e implementem as respectivas medidas de mitigação. Há também a necessidade de se inverter a matriz energética, que actualmente tem uma grande dependência dos combustíveis fósseis. Deve haver mais investimentos em energias renováveis.

Angola é um dos oito países africanos, com maior taxa de mortalidade associada à poluição atmosférica. O que se pode fazer para inverter este quadro?

As soluções passam por atacar as causas de poluição atmosférica, nomeadamente na queima de combustível para a produção de energia (em centrais térmicas e geradores de empresas e de casas), queimadas nas zonas rurais para a caça, abertura de campos agrícolas e motivos desconhecidos. Deve-se também melhorar a arborização nas cidades e a mobilidade com os investimentos no transporte público diminuindo assim a quantidade de veículos motorizados nas zonas urbanas.

Como se deve fazer do problema ambiental uma preocupação de todos?

Investindo na educação. As questões ambientais devem ser consideradas como transversais de forma a permitir uma boa qualidade de vida e o cumprimento do estipulado na Constituição.

Qual é o nível de conscientização e preservação do ambiente em Angola?

Deveríamos ter uma população mais consciente e pronta para preservar o ambiente. Há também um elevado nível de consumismo e de despreocupação com o ambiente enquanto bem comum.



Educação & Tecnologia

PR DEFENDE FORTE LIGAÇÃO ENTRE O ENSINO E A INVESTIGAÇÃO

Universidades arrancam 2018 com “falta gritante” de quadros

Mário Mujetes © VE

ANO ACADÉMICO 2018. Falta de quadros qualificados e escassez de recursos e de fontes de financiamento são alguns dos grandes desafios apontados pelo Presidente da República durante a abertura do ano académico na Lunda-Sul. João Lourenço anunciou a criação de um sistema de garantia de qualidade do ensino. País abre 2018 com 72 instituições de ensino superior e mais de 138 mil estudantes.

Por Edno Pimentel

O Presidente da República, João Lourenço, reconheceu que um dos “maiores constrangimentos” da prática da investigação científica em Angola tem que ver com a “falta gritante” de quadros altamente qualificados e com experiência comprovada, assim como a carência de mecanismos de financiamento nas instituições do ensino superior em Angola.

De acordo com o chefe de Estado, o que se investe em investigação científica no país “está longe do valor mínimo de um por cento do PIB (Produto Interno Bruto)”, tal como

foi recomendado pela UNESCO e adoptado pela SADC.

Na cerimónia de abertura do ano académico do ensino superior, realizada em Saurimo, Lunda-Sul, na semana passada, o Presidente da República defendeu que os centros de investigação “devem agregar valores através dos artigos científicos publicados nas revistas de especialidade e na forma de novos produtos, protótipos, inovações e patentes”. Para tal, ordenou o Ministério a trabalhar rapidamente para motivar e atrair docentes nacionais para a carreira de investigação científica, uma vez que “a investigação científica permite alargar as fronteiras do conhecimento, contribuindo não só para dar resposta às solicitações e necessidades do meio social e económico em que

Mais de 138 mil novos alunos

O ano académico abre com 138.418 novos alunos, o que representa um aumento de 27.332 estudantes, comparativamente aos 111.086 estudantes de 2017. Pelo menos, 30.325 estudantes beneficiam de bolsas de estudo, 4.625 dos quais no estrangeiro.

O país conta com oito regiões académicas. A Universidade Agostinho Neto (UAN), em Luanda e no Bengo, ocupa a região académica I. Com sede em Benguela e extensão no Kwanza-Sul, está a região académica II, representada pela Universidade Katyavala Buila (UKB). Na região académica III, em Cabinda e no Zaire, está a Universidade ‘Onze de Novembro’. A Universidade Lueji A’Nkonde (ULAN) congrega as Lundas Norte e Sul e Malanje na IV região académica. O Huambo, Bié e Moxico estão na V região académica com a universidade ‘José Eduardo dos Santos’ (UJES). A Universidade Mandume (UMN), na Huíla e no Namibe, formam a VI região académica, enquanto a Kimpa Vita do Uíge e Kwanza-Norte fazem a VII região académica. Já a mais nova universidade pública do país, a Cuito Cuanavale (UCC), faz a VIII região e abrange o Kuando-Kubango e o Cunene.

se desenvolve, mas também para garantir a qualidade do ensino”.

Para João Lourenço, “deve haver uma forte ligação entre o ensino-aprendizagem e a investigação, e a transferência de tecnologias e a inovação”. Um desejo que pode ser realizado com a criação, em breve, do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, que vai estar dotado de um mecanismo de financiamento, a ser instituído para que as instituições e outros actores possam candidatar-se à

execução de projectos que suportem o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022.

Angola deverá contar, nos próximos tempos, com um sistema nacional de garantia de qualidade das instituições do ensino superior, com vista à “melhoria da qualidade do ensino superior”. Segundo o Presidente da República, já está em revisão a criação e ampliação do referido sistema, sendo que é necessária uma “maior aposta na pesquisa científica”, o que, defendeu, “deverá contribuir

para dar resposta às solicitações e necessidades do meio social e económico em que se desenvolve”.

UNIFORMIZAÇÃO

As instituições do ensino superior (IES) públicas e privadas de todo o país poderão ter, em breve, os cursos uniformizados. A garantia foi manifestada pela ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), Maria do Rosário Sambo, que garantiu estar a trabalhar-se na preparação das condições para se uniformizarem os currículos, com uma margem adequada para que um mesmo curso, nas diferentes IES, tenha a sua identidade marcada.

A ministra defendeu, durante a abertura do ano académico, ser necessário que se promova e se propicie “um verdadeiro exercício responsável” da autonomia das instituições do ensino superior consagrada nos estatutos, sendo que, para o efeito, se deve concretizar a eleição dos reitores e dirigentes académicos, como garantia da consolidação da democracia nas instituições de ensino superior.

Para Maria do Rosário Sambo, a proposta do regulamento geral eleitoral constituirá o paradigma para os regulamentos específicos das instituições do ensino superior e foi já submetida à comunidade académica. Nesta altura, decorre a recolha de contribuições para a sua melhoria e posterior aprovação.

Marcas & Estilos

Conforto e bem-estar

Por incrível que possa parecer, os ténis da Rick Owens, de couro branco e de alta qualidade, foram criados a pensar no bem-estar dos seus pés. Com extremidades perfuradas, contrastam com os fechos um fole de grandes dimensões ao estilo italiano.

Feroz, mas delicada

Como sempre... perfeição! A bolsa da Hermes de 30 centímetros foi feita inspirando-se na pele do crocodilo, em escalas simétricas bonitas. Traz uma caixa para todos os acessórios. Agora é muito mais simples!

Até ao último minuto

Se há algo – para além dos atrasos – com que as senhoras não mais terão de se preocupar é o desperdício. Como o tempo é dinheiro, com este relógio da colecção Master, as horas serão aproveitadas até ao último minuto.

Design artesanal

As cadeiras da Smithers of Stamford são o orgulho para quem quer marcar a diferença em casa. Prática e com um design quer para o interior, quer para o jardim, é uma bela obra artesanal de madeira que lhe dá todo o conforto.

O requinte secular

Julio Garcia é um artista do século XXI que, pensando em si, criou esta rara obra de arte – ‘No Crepúsculo’ –, que só pode se visualizada nas pinacotecas mais requintadas do planeta, como o Museu Internacional de Belas Artes de Houston, EUA.

Modernidade

A Louis Vuitton já acostumou os gostos mais exigentes com a qualidade que lhe é peculiar. A nova mochila – assinada pela Josh Regatta – representa o artefacto moderno dos produtos saídos por encomenda, muito elegantes e infinitas funcionalidades.

AUTOMÓVEL

Atracção ilimitada

A Fiat está a apimentar o seu programa de fabrico com dois modelos de edição especial que serão apresentados na feira internacional de automóveis de Genebra, na Suíça, ainda este mês. Com a pintura exterior de Alpi Orientali exclusiva, o 124 Abarth GT virá com cobertura rígida leve feita inteiramente de fibra de carbono, que cria um perfil atraente. A ponta dura pesa muito pouco e é revestida por dentro com uma janelas traseira. O Abarth possui rodas de liga ultra-leve de 17 polegadas.

Sob o ‘capot’ está um motor 1.4 T-Jet de 180cv. A velocidade máxima de 225 km/h demora 6,7 segundos (6,9 segundos com transmissão sequencial robotizada) para acelerar dos 0 aos 100 km/h.



TURISMO

A vida vive-se à noite!

Surpreendente cidade que separa a Europa da Ásia, Istambul tem uma arquitectura que ilustra a mistura cultural da cidade, com a bela Mesquita Azul a poucos passos da não menos bela basílica de Santa Sofia. O İstanbul Modern é um museu de arte contemporânea dedicado sobretudo a obras de artistas turcos, mas que também organiza exposições de artistas estrangeiros.

A cidade é a guardiã do Mar Negro, pois, para entrar ou sair desse mar, é necessário passar pelo Estreito de Bósforo e pela porta de Istambul. Essa situação dá à cidade um grande poder de defesa.

Cada vez mais são os turistas do mundo inteiro que testemunham o valor de Istambul, com a sua gastronomia, a sua história, mas também a sua intensa vida nocturna.



AGENDA

LUANDA

6 DE MARÇO

Lançamento do livro de poesia ‘Raio de Luz’ de Luís Quitumba ‘O poeta Kayata’, no Centro Cultural Português. As 18h:30. Entradas grátis.

7 DE MARÇO

Concerto ‘O meu Canto no meu canto’, de Selda com Érica Nelumba, Djanira Mercedes e Esperança. As 20 horas, no Centro Cultural Português. Ingressos a 5.000 kwanzas.

9 DE MARÇO

‘Jazz no Kubiku-Fusion’ com Sandra Cordeiro, no bar Jade e Rooftop by Listen Sound. Às 21 horas. Ingressos a 5.000 kwanzas.

15 DE MARÇO

Fórum de Tecnologia e Educação, no Hotel Epic Sana, em Luanda. A partir das 10 horas. Entradas grátis.

24 DE MARÇO

‘Workshop’ sobre ‘Empreendedorismo no feminino’, no Hotel Trópico. A partir das 9 horas.

“ Os responsáveis do Oásis querem aproveitar o aniversário para fazer uma reflexão em torno daquilo que é o teatro actualmente e os seus desafios. ”

O GRUPO TEATRAL OÁSIS CELEBRA MAIS UM ANIVERSÁRIO COM PROJECTOS

Com 30 anos e a respirar saúde financeira

ARTES CÉNICAS. Oásis é dos poucos grupos que não depende das actuações para a sua sobrevivência. 25 membros são assalariados pela Força Aérea Nacional. Já venceu os prémios Fenacult, em 1989, e Prémio Nacional de Cultura e Artes, em 2013.

Por Amélia Santos

Actualmente com 25 membros, o grupo teatral Oásis está a celebrar, durante este mês, 30 anos de existência. Foi criado em 1988, numa iniciativa de Afrikano Kangombe, professor e escritor. O grupo hoje assume não ter dificuldades financeiras. Os actores têm os salários em dia, pagos pela Força Aérea Nacional, além de terem direito a outras regalias.

Neste ano, ao contrário das outras celebrações, nos anos anteriores, vai realizar-se uma gala e uma ‘excursão’, uma espécie de viagem à volta do percurso do grupo, com a recolha de depoimentos de quem assistiu, de perto, a essa trajectória. Os responsáveis do Oásis querem aproveitar o aniversário para fazer uma reflexão em torno daquilo que é o teatro actualmente e os seus desafios.

O principal estímulo para este ano é intensificar as actividades

de palco e tentar a massificação do teatro a nível nacional. “Estão a estudar-se os custos para a concretização deste projecto”, adianta Afrikano Kangombe, dramaturgo e fundador do grupo.

Oásis é um grupo profissional e é também um dos poucos com uma extensa carreira no teatro nacional e internacional. A sua ‘filosofia’ é baseada nas experiências do folclore angolano, desdobrando-se pela modernidade das artes dramáticas. Nos últimos anos, enriqueceu-se com outras formas de expressão cénica, como a dança e canto, bem como adaptações de textos para a dramaturgia.

Das cinco gerações que já lançou para o mundo teatral, destaca-se Victoria Soares ‘Tia Totonha’, Maria de Nazaré Francisco, Solange Feijó, Zulmira Maria de Brito, Beto Kassua, encenador do Etu Lene, Filipa Adão, ‘Feia’, entre outros...



Oásis participou na 2.ª Bienal de Jovens Criadores da CPLP.

De Luanda à Europa

Com a peça ‘A morte de Elito Pacassa’, o Oásis ficou em segundo lugar no festival Fenacult, em 1989, e venceu o Prémio de Cultura e Artes, em 2013. No repertório, constam ainda obras adaptadas como ‘Quem ficará no lugar’, de Pedro Pacavira, um livro sobre a vida de Njinga Mbande; ‘Quem tudo quer’, de Emídio Guerra, do livro com o mesmo título entre outras obras; ‘Três torres populares’, ‘As velhas profissões’, ‘Batuque’, a maior peça que Oásis tem, em que participou no Festival de Verão de Maputo, e era uma adaptação do livro ‘O feitiço da Rama de Abobora’, em que discute a perda da identidade cultural que se confunde com a perda da identidade mental. E ainda ‘Kawalende’, de Uanhenga Xitu

Participou ainda na 2.ª Bienal de Jovens Criadores da CPLP, com a peça ‘Michornas de Chongoli’, em 2001, em Portugal e nas comemorações do 4 de Abril (Dia da paz e reconciliação nacional), no Reino Unido, com espectáculos em Manchester, Birmingham e Coventry, com a peça ‘O Batuque’.

Membro activo desde 1996, Nelson Alexandre, actor, cenógrafo e chefe adjunto, pensa que o teatro em Angola “está bom”, mas gostaria que houvesse mais infra-

-estruturas e aconselha os grupos a terem uma maior interacção e deixar de lado as forças. “Todos devemos lutar pelo mesmo objectivo, que é a arte”, reforça.

SURGIMENTO DO GRUPO

Oásis nasceu a 13 de Março 1988, resultante da dispersão, em 1987, do grupo ‘Horizonte 2000’ que pertencia à brigada ‘21 de Janeiro’ da Força Aérea Nacional. Com o intuito de expandir o teatro, Afrikano Kangombe reuniu os restantes membros de modo a formar o ‘Oásis Ango-Hotel’, uma forma de ‘pisar o olho’ ao Ango-Hotel que foi patrocinador até depois da realização do primeiro Fenacult (Festival Nacional de Cultura). Na altura, o Ango-hotel geria os hotéis de grande luxo em Luanda. “Achei que, dando o nome do grupo de Ango-hotel, seria um chamariz para conseguirmos patrocínio e, por conseguinte, conseguimos alcançar o nosso objectivo”, revela Afrikano Kangombe.

Com a ruptura do contrato, viu-se obrigado a procurar outros parceiros. Surgiu o interesse da Força Aérea Nacional que continua a patrocinar o grupo.

NÚMEROS DA SEMANA

700

Milhões de dólares é o valor do financiamento que Angola está a negociar com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), mas que depende da implementação de reformas para ser disponibilizado, segundo o Plano de Endividamento Anual (PAE) de 2018.

38

Milhões de dólares é o valor que a administração cessante da Sonangol é acusada de transferir após a sua exoneração. A acusação foi feita pelo actual presidente do conselho de administração da petrolífera, Carlos Saturnino.

800

Mil dólares é o valor que custou a doação de equipamento e material hospital da China a Angola. A entrega foi feita pelo embaixador da China às autoridades angolanas.

31

É o número de camiões carregados com madeira em touro que estão retidos na Lunda-sul, desde 1 de Fevereiro, por desobediência ao término da campanha no fim de Janeiro.



REFORÇO DAS RELAÇÕES

Diplomata Russo em Angola

Está prevista para hoje a chegada ao país do chefe da diplomacia russa, Serguey Lavrov, para o reforço da cooperação entre os dois países, segundo nota do Ministério das Relações Exteriores, distribuída na sexta-feira.

A informação dá conta também que o diplomata deve ser recebido hoje pelo Presidente da República, João Lourenço, e vai reunir-se com o seu homólogo, com quem vai abordar diversos assuntos de interesse dos dois países e mundiais.

As relações privilegiadas existentes entre Angola e a Rússia conheceram o seu ponto alto em 1976, altura em que os dois países assinaram o Tratado de Amizade e Cooperação.

De 1976 para cá, as relações bilaterais passaram por diferentes etapas, sendo actualmente mais significativas nos sectores da Energia, Geologia e Minas,

Ensino Superior, Formação de Quadros, Defesa, Interior, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Pescas, Transportes, Finanças e Banca.

No entanto, em 2006, ficou marcada pelo cancelamento da viagem prevista de Vladimir Putin ao país, para Agosto daquele ano, sob alegação de que o seu calendário estava muito preenchido numa tour que realizou por África, mantendo a África do Sul na agenda. Em 2009, José Eduardo dos Santos respondeu à 'fuga' de Putin com uma viagem à Rússia, já sob a presidência de Dimitry Medvedev.

O então presidente russo respondeu ao gesto e, meses depois, aportou em Luanda. Actualmente, estima-se que cerca de mil russos residam em Angola, enquanto, pelo menos, 1.500 angolanos vivem na Rússia.

TINHA COMO DESTINO A EUROPA

Marrocos denunciou droga apreendida em Luanda

As autoridades de Marrocos detiveram seis pessoas, no porto de Casablanca, associadas ao carregamento de droga apreendida em Luanda, avança a imprensa brasileira. A mercadoria, avaliada em 40 milhões de euros, teria como destino o mercado europeu.

De acordo com o portal G1, da Rede Globo, a droga recentemente interceptada pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) em Luanda, numa operação coordenada com a Interpol, está ligada a um carregamento apreendido no porto de Casablanca, em Marrocos.

“Mais de meia tonelada de cocaína pura foi localizada no Porto de Luanda, em Angola, escondida em contentores que saíram de Santos, no litoral de São Paulo. Segundo autoridades internacionais, trata-se do mesmo carregamento que um brasileiro tentou recuperar em Marrocos, mas acabou preso em flagrante”, avança o site, que identifica o

detido como Márcio Ricardo de Oliveira, de 40 anos.

Para além de Márcio, um mecânico brasileiro de 40 anos, as autoridades marroquinas detiveram outros cinco suspeitos, cuja identidade e nacionalidade não foram reveladas.

“Após a prisão do brasileiro e de mais cinco pessoas, parte do mesmo lote de contentores foi deslocada para que fosse transportada noutro navio, visando a entrega no destino final da carga. Eles não foram revistados, mas, por pertencerem ao carregamento original, houve a suspeita de que tivessem mais cocaína escondida”, escreve o G1.

Perante esta desconfiança, e tendo em conta que o porto de Luanda era a próxima escala da embarcação, o SIC foi colocado de sobreaviso.

Os investigadores acreditam que a droga destinava-se inteiramente ao mercado europeu.



Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao

